

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	9
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	10
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	11
Demonstração de Valor Adicionado	12
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
Notas Explicativas	36

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	74
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	78
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	79

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	30.357.847.596
Preferenciais	0
Total	30.357.847.596
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1	Ativo Total	1.312.562	1.205.928	2.184.501
1.01	Ativo Circulante	244.823	182.948	123.672
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	192.687	141.461	83.945
1.01.03	Contas a Receber	34.272	33.074	28.713
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	34.272	33.074	28.713
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.111	3.419	2.483
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.111	3.419	2.483
1.01.07	Despesas Antecipadas	12.035	1.976	1.611
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.718	3.018	6.920
1.01.08.03	Outros	2.718	3.018	6.920
1.02	Ativo Não Circulante	1.067.739	1.022.980	2.060.829
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	142.160	127.736	660.446
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	68.020	64.241	61.449
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	68.020	64.241	61.449
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	0	539.037
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0	539.037
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	74.140	63.495	59.960
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	69.909	58.336	55.101
1.02.01.10.05	Outros Ativos Não Circulantes	4.231	5.159	4.859
1.02.03	Imobilizado	8.872	8.194	8.914
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	8.872	8.194	8.914
1.02.04	Intangível	916.707	887.050	1.391.469
1.02.04.01	Intangíveis	916.707	887.050	1.391.469
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	916.707	887.050	1.391.469

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2	Passivo Total	1.312.562	1.205.928	2.184.501
2.01	Passivo Circulante	3.090.667	2.701.386	2.446.882
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.824	4.560	4.012
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.063	970	787
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	3.761	3.590	3.225
2.01.02	Fornecedores	39.986	33.502	28.997
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	39.986	33.502	28.997
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.237	4.582	3.961
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.161	2.445	2.063
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	2.161	2.445	2.063
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.076	2.137	1.898
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.891.584	2.545.117	2.244.691
2.01.04.02	Debêntures	2.891.584	2.545.117	2.244.691
2.01.05	Outras Obrigações	3.051	2.592	2.510
2.01.05.02	Outros	3.051	2.592	2.510
2.01.05.02.04	Credor pela Concessão	523	499	465
2.01.05.02.05	Outros Passivos	2.528	2.093	2.045
2.01.06	Provisões	146.985	111.033	162.711
2.01.06.02	Outras Provisões	146.985	111.033	162.711
2.01.06.02.05	Provisões para Manutenção em Rodovias	146.985	111.033	162.711
2.02	Passivo Não Circulante	808.328	670.134	498.375
2.02.02	Outras Obrigações	236.510	220.942	185.972
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	235.169	220.524	185.326
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	235.169	220.524	185.326
2.02.02.02	Outros	1.341	418	646
2.02.02.02.03	Outros Passivos	189	418	646
2.02.02.02.04	Fornecedores Nacionais	1.152	0	0
2.02.04	Provisões	571.818	449.192	312.403

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2.02.04.02	Outras Provisões	571.818	449.192	312.403
2.02.04.02.04	Provisão para Demandas Judiciais	312.150	288.223	263.522
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	9.732	9.284	8.874
2.02.04.02.06	Provisões para Manutenção em Rodovias	249.936	151.685	40.007
2.03	Patrimônio Líquido	-2.586.433	-2.165.592	-760.756
2.03.01	Capital Social Realizado	303.578	303.578	303.578
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-2.890.011	-2.469.170	-1.064.334

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	517.890	432.387	403.721
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-539.825	-427.598	-319.578
3.03	Resultado Bruto	-21.935	4.789	84.143
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-90.649	-63.894	-34.322
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-21.869	-20.144	-16.691
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-19.485	-17.833	-14.541
3.04.02.02	Honorários da Administração	-2.384	-2.311	-2.150
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-68.780	-43.750	-17.631
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-112.584	-59.105	49.821
3.06	Resultado Financeiro	-308.257	-294.428	-298.881
3.06.01	Receitas Financeiras	44.006	39.225	23.250
3.06.02	Despesas Financeiras	-352.263	-333.653	-322.131
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-420.841	-353.533	-249.060
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	84.298
3.08.02	Diferido	0	0	84.298
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-420.841	-353.533	-164.762
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-420.841	-353.533	-164.762
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,01386	-0,01165	-0,00543

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	-420.841	-353.533	-164.762
4.03	Resultado Abrangente do Período	-420.841	-353.533	-164.762

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	167.942	126.402	121.883
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	218.382	201.957	189.063
6.01.01.01	Prejuízo do Exercício	-420.841	-353.533	-164.762
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	0	0	-84.298
6.01.01.03	Depreciação e amortização	69.388	64.218	64.129
6.01.01.04	Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção em rodovias	-11.497	-14.415	1.041
6.01.01.05	Variação monetária sobre provisão para investimentos	447	410	484
6.01.01.07	Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	321.141	284.599	274.049
6.01.01.08	Rendimentos de aplicações financeiras	-6.737	-7.625	-6.956
6.01.01.10	Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	7	0	43
6.01.01.11	Juros sobre mútuos com partes relacionadas	14.645	35.198	29.119
6.01.01.12	Provisões para demandas judiciais	23.928	24.701	14.916
6.01.01.13	Provisões para manutenção em rodovias	182.633	150.203	61.247
6.01.01.14	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	0	0	51
6.01.01.15	Provisão e reversão de Impairment	45.268	18.201	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-50.440	-75.555	-67.180
6.01.02.01	Contas a Receber	-1.198	-4.362	-2.665
6.01.02.02	Despesas Antecipadas	-10.059	-365	-477
6.01.02.03	Outros Ativos	1.228	3.602	1.231
6.01.02.04	Fornecedores e Prestadores de Serviços	7.636	4.505	6.017
6.01.02.05	Credor pela Concessão - Ônus Variável	24	35	66
6.01.02.06	Obrigações Tributárias	-345	621	571
6.01.02.07	Obrigações Trabalhistas	264	548	354
6.01.02.08	Provisão para manutenção - pagamento	-36.933	-75.788	-55.607
6.01.02.09	Provisão para demandas judiciais - pagamentos	-11.573	-3.235	-14.881
6.01.02.10	Outros Passivos	208	-180	-13
6.01.02.11	Tributos a Recuperar	308	-936	-1.776
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-116.716	-68.886	-86.478

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.02.01	Investimentos no ativo imobilizado	-2.474	-928	-3.147
6.02.02	Investimentos no ativo intangível	-117.200	-72.792	-86.220
6.02.05	Resgate de aplicações financeiras	2.958	4.834	2.889
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	51.226	57.516	35.405
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	141.461	83.945	48.540
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	192.687	141.461	83.945

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	303.578	0	0	-2.469.170	0	-2.165.592
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	303.578	0	0	-2.469.170	0	-2.165.592
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-420.841	0	-420.841
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-420.841	0	-420.841
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	303.578	0	0	-2.890.011	0	-2.586.433

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	303.578	0	0	-1.064.334	0	-760.756
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-1.051.303	0	-1.051.303
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	303.578	0	0	-2.115.637	0	-1.812.059
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-353.533	0	-353.533
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-353.533	0	-353.533
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	303.578	0	0	-2.469.170	0	-2.165.592

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	303.578	0	0	-899.574	0	-595.996
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	303.578	0	0	-899.574	0	-595.996
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-164.760	0	-164.760
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-164.762	0	-164.762
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	2	0	2
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	303.578	0	0	-1.064.334	0	-760.756

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.01	Receitas	579.158	480.947	451.030
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	397.852	363.793	319.321
7.01.02	Outras Receitas	181.306	117.154	131.709
7.01.02.01	Receita de Serviços de Construção	138.977	84.575	98.090
7.01.02.02	Receitas Acessórias	16.814	16.711	15.092
7.01.02.03	Outras Receitas	25.515	15.868	18.578
7.01.02.04	Reversão para crédito de liquidação duvidosa	0	0	-51
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-491.286	-386.640	-278.664
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-340.338	-295.510	-169.815
7.02.04	Outros	-150.948	-91.130	-108.849
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-138.158	-83.178	-96.362
7.02.04.02	Custo da Concessão - Ônus Variável	-6.243	-5.709	-5.021
7.02.04.03	Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente	-6.547	-2.243	-7.466
7.03	Valor Adicionado Bruto	87.872	94.307	172.366
7.04	Retenções	-69.390	-64.218	-64.129
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-69.390	-64.218	-64.129
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	18.482	30.089	108.237
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-110	21.024	23.250
7.06.02	Receitas Financeiras	45.158	39.225	23.250
7.06.03	Outros	-45.268	-18.201	0
7.06.03.01	Baixa por Impairment	-45.268	-18.201	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	18.372	51.113	131.487
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	18.372	51.113	131.487
7.08.01	Pessoal	38.517	34.236	28.612
7.08.01.01	Remuneração Direta	27.358	24.308	20.790
7.08.01.02	Benefícios	9.392	8.380	6.640
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.767	1.548	1.182
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	35.835	32.769	-55.454

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.08.02.01	Federais	15.393	14.087	-71.861
7.08.02.03	Municipais	20.442	18.682	16.407
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	364.861	337.641	323.091
7.08.03.02	Aluguéis	3.749	2.017	1.579
7.08.03.03	Outras	361.112	335.624	321.512
7.08.03.03.01	Juros sobre mútuos com partes relacionadas	14.645	35.198	29.119
7.08.03.03.03	Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	346.467	300.426	292.393
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-420.841	-353.533	-164.762
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-420.841	-353.533	-164.762

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



2024

Divulgação de Resultados

www.rodoviasdotiete.com.br

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração - 31 de Dezembro 2024**

30 de abril de 2025 - A Concessionária Rodovias do Tietê S.A.— em recuperação judicial— “Rodovias do Tietê”, que administra 415 km de rodovias e acessos no Estado de São Paulo, divulga seus resultados do exercício de 2024.

Apresentação dos Resultados

O relatório da administração e as informações financeiras anuais da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram elaboradas de acordo com as disposições legais do CPC 26—Demonstrações Contábeis emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos, na deliberação CVM (Comissão de Valores Mobiliários) nº 676 e de acordo com a Norma Internacional IAS—Presentation of Financial Statements.

Tópicos	Índice
Sobre a Concessão	Página 3
Destaques	Página 4
Sumário Executivo	Página 5
Tráfego de veículos e Eixos equivalentes	Página 6
Tráfego por praça	Página 7
Tarifas de pedágio	Página 8
Receitas	Página 9
Custos e Despesas operacionais	Página 10
EBITDA e Margem Ebtida	Página 11
Resultado Financeiro	Página 12
Debêntures	Página 13
Obras e Investimentos	Página 17
Responsabilidade Socioambiental	Página 18
Demonstrações Financeiras	Página 19
Relacionamento com o Auditor	Página 23

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho

*Diretor Administrativo, Financeiro e de
Relações com Investidores / CFO*

Tel.: (11) 4602-7900

Fax: (11) 4602-8069

E-mail: ri@rodoviasdotiete.com.br

www.rodoviasdotiete.com.br/ri

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

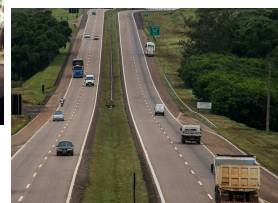
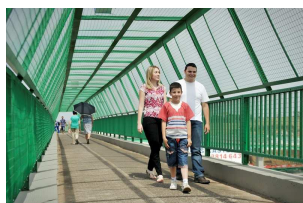
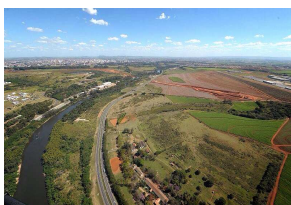
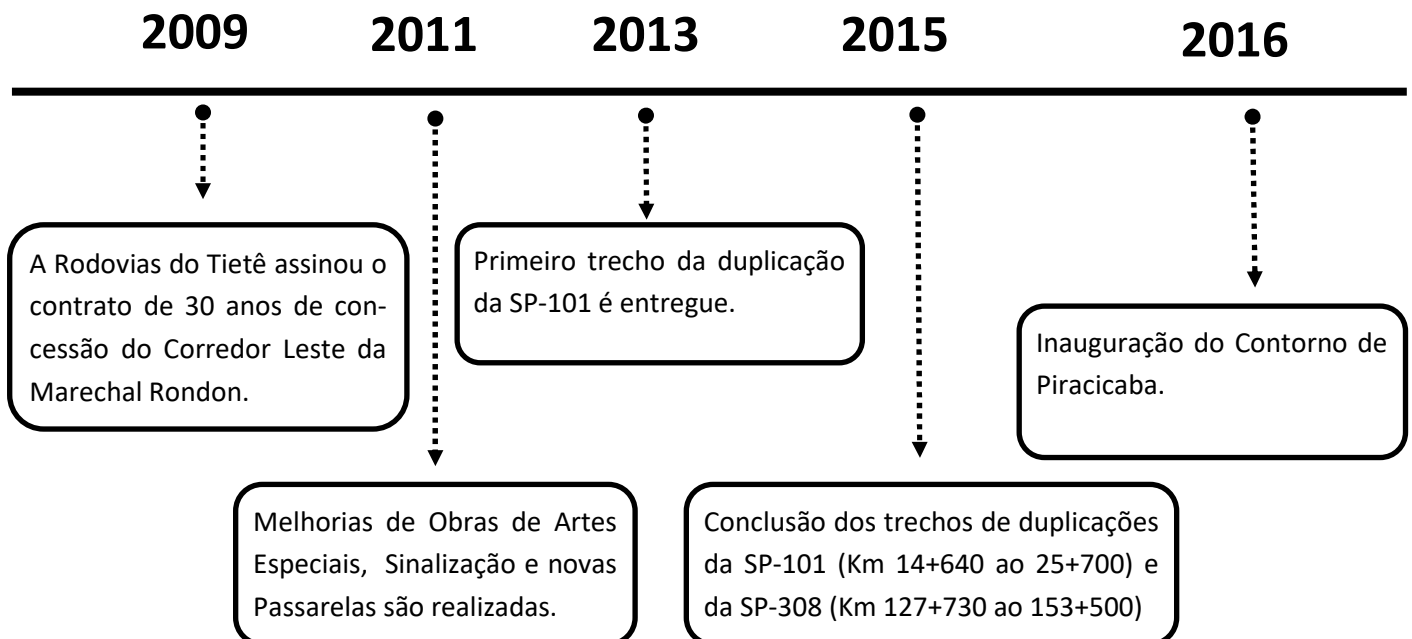


Sobre a Concessão

Em abril de 2009, a Rodovias do Tietê assinou, junto ao Governo do Estado de São Paulo, o contrato de concessão de 30 anos do Corredor Leste da Marechal Rondon. Para a gestão dos mais de 400 km de rodovias e acessos, a Concessionária pagou, em 18 meses, R\$ 517MM a título de outorga fixa.

O trecho concedido é constituído pela SP-101 (Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença), SP-113 (Rodovia Dr. João José Rodrigues), SP-308 (Rodovia Comendador Mário Dedini), SP-300 (Rodovia Marechal Rondon) e SP-209 (Rodovia Prof. João Hipólito Martins), interligando 25 municípios do interior do Estado de São Paulo.

Durante o período de concessão, serão investidos mais de R\$ 2,4Bi na duplicação de mais de 90 km de vias, construção de 73 km de vias marginais, 87 km de faixas adicionais, 148 km de acostamentos e 24 passarelas. Entre as principais obras estão a duplicação da SP-101 e da SP-308 e o Contorno de Piracicaba, que contribuem com o desenvolvimento econômico da região e proporcionam mais segurança aos milhares de usuários que utilizam o sistema diariamente.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Destaques:

Receita

✓ R\$ 378,9 milhões de receita líquida.



Tráfego

✓ Aumento de 6,30% no tráfego pedagiado e aumento de 5,81% no tráfego em eixos equivalentes.



Obras

- ✓ Recapeamentos das Rodovias
- ✓ Complexo de Botucatu
- ✓ Alargamento de OAE



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Sumário Executivo

Os bancos centrais das principais economias permanecem determinados em promover a convergência das taxas de inflação para suas metas em um ambiente marcado por pressões nos mercados de trabalho.

No âmbito doméstico, o conjunto de indicadores recentes de atividade econômica e do mercado de trabalho tem apresentado maior dinamismo do que o esperado.

A inflação cheia ao consumidor tem apresentado trajetória de desinflação, enquanto medidas de inflação subjacentes se situaram acima da meta para a inflação. As expectativas de inflação para 2024 e 2025 apuradas encontram-se em torno de 4,8% e 4,6%, respectivamente.

Vale ressaltar também que o IBGE apurou o índice oficial de inflação do país (IPCA) em 4,83% no acumulado nos últimos 12 meses.

No exercício de 2024 houve um aumento de 6,30% no tráfego de veículos, quando comparado ao ano anterior. Já o tráfego de veículos por eixos equivalentes apresentou um crescimento de 5,81%, quando comparado ao ano anterior.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Tráfego

Nos doze meses de 2024 o volume de tráfego teve um aumento de 6,30% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio teve um aumento de 7,14%, enquanto comerciais leves teve um aumento de 3,56% e comerciais pesados um aumento de 4,14%.

>> Veículos

Tráfego em milhares de veículos	2024*	2023*	Variação
Passeio	22.655.676	21.145.299	7,14%
Comercial Leve	4.133.884	3.991.828	3,56%
Comercial Pesado	3.259.661	3.130.208	4,14%
Total	30.049.221	28.268.335	6,30%

*Volume acumulado do período de Janeiro à Dezembro.

Nos doze meses de 2024 o volume de tráfego de eixos equivalentes teve um aumento 5,81% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio teve um aumento 7,10%, enquanto comerciais leves teve um aumento de 3,74% e comerciais pesados um aumento de 5,44%.

>> Eixos Equivalentes

Tráfego em milhares de veículos	2024*	2023*	Variação
Passeio	22.246.079	20.770.788	7,10%
Comercial Leve	9.920.683	9.562.816	3,74%
Comercial Pesado	19.631.280	18.618.495	5,44%
Total	51.798.042	48.952.099	5,81%

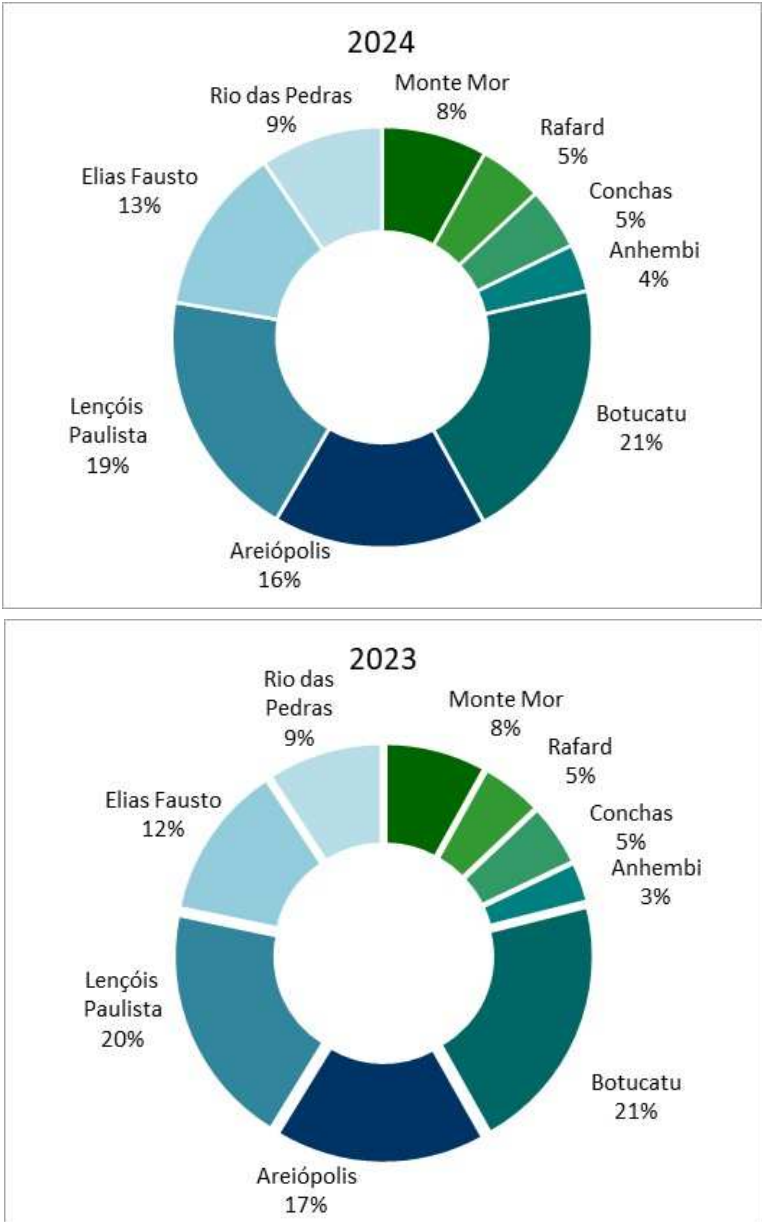
*Volume acumulado do período de Janeiro à Dezembro.



Tráfego

>> Tráfego por praça

O corredor de exportação localizado na SP-300 composto pelas praças de pedágio de Lençóis Paulista, Areiópolis e Botucatu, representa a maior parte da receita da companhia, cerca de 56% em eixos equivalentes. Já os corredores Municipal, Multisetorial e Industrial somados representam 44% da receita.



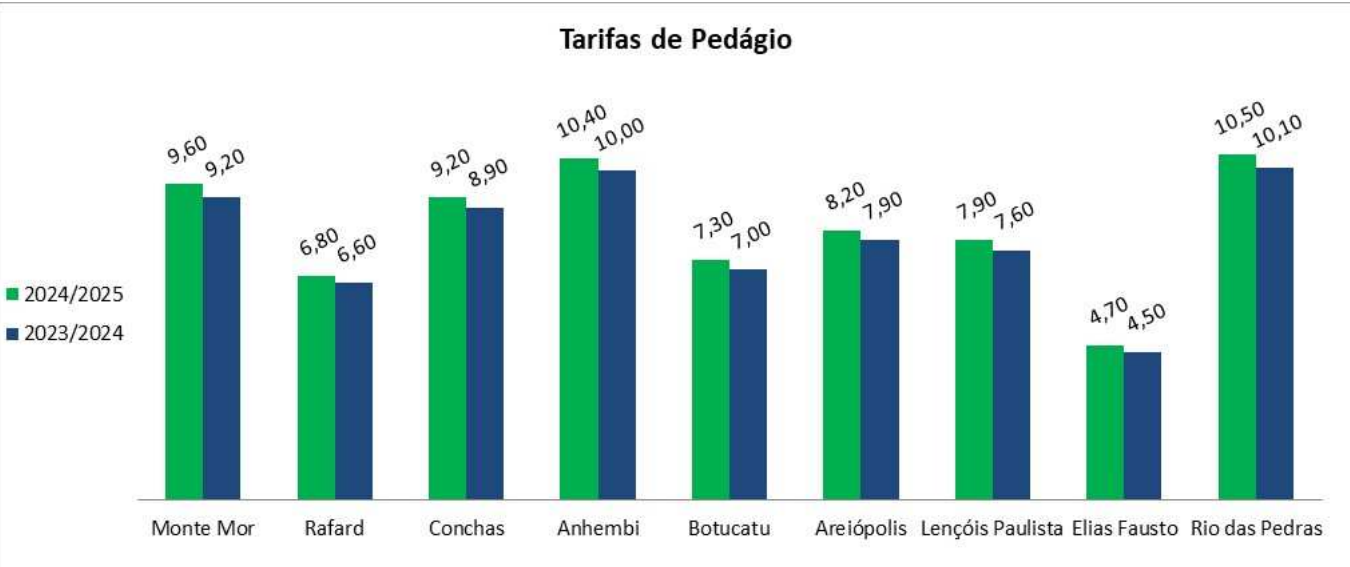


Tráfego

>> Tarifas de Pedágio

A tarifa média da Concessionária por eixo equivalente em 2024/2025 é de R\$ 8,29 contra R\$ 7,98 em 2023/2024.

Praça de pedágio	2024/2025	2023/2024
Monte Mor	9,60	9,20
Rafard	6,80	6,60
Conchas	9,20	8,90
Anhembi	10,40	10,00
Botucatu	7,30	7,00
Areiópolis	8,20	7,90
Lençóis Paulista	7,90	7,60
Elias Fausto	4,70	4,50
Rio das Pedras	10,50	10,10
Tarifa Média	8,29	7,98





Receitas

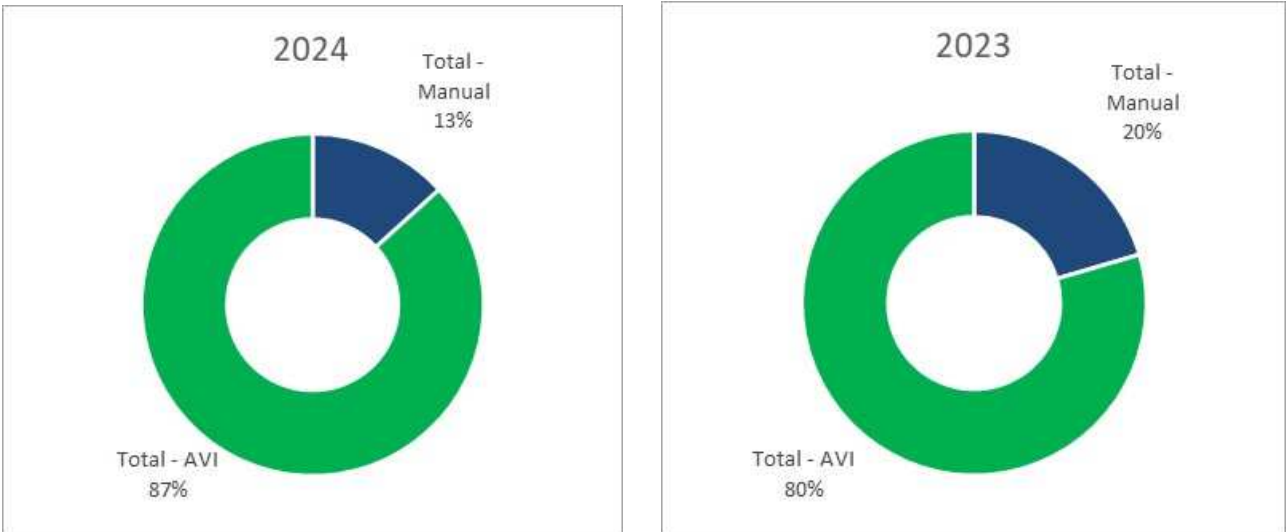
Receitas (em R\$ mil)	2024*	2023*	Variação
Receitas de Pedágio	397.852	363.793	9,36%
Receitas Acessórias	16.814	16.711	0,62%
Impostos sobre Receitas	(35.753)	(32.692)	9,36%
Receitas Operacionais	378.913	347.812	8,94%
Receitas de Construção	138.977	84.575	64,32%
TOTAL	517.890	432.387	19,77%

*Volume acumulado período de Janeiro à Dezembro.

A Concessionária obteve nos doze meses de 2024, uma receita bruta com arrecadação de pedágio de R\$ 397.852 mil (R\$ 363.793 mil em 2023) e arrecadou R\$ 16.814 mil (R\$ 16.711 mil em 2023) a título de receita acessória. Sobre estes valores foram recolhidos ISSQN, PIS e COFINS totalizando R\$ 35.753 mil nos doze meses de 2024 (R\$ 32.692 mil em 2023).

Além disso, atendendo às Normas de Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a Concessionária reconheceu, no período em análise, R\$ 138.977 mil de receita de construção contra R\$ 84.575 mil no mesmo período de 2023 com contrapartida nos custos de construção.

>> Formas de Pagamento



*Volume acumulado período de Janeiro à Dezembro.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais refletem gastos com pessoal, dispêndios com manutenção e conservação da infraestrutura concedida, serviços de terceiros, custos referentes à outorga variável sobre a arrecadação de pedágio e as receitas acessórias e dispêndios com seguros e garantias. Já os demais custos representam lançamentos contábeis oriundos das novas práticas contábeis e que não geram efeito caixa.

Custos e Despesas Operacionais	2024*	2023*	Variação
Com Pessoal	(36.134)	(31.925)	13,18%
Honorários da Administração	(2.384)	(2.311)	3,16%
Manutenção e conservação	(101.508)	(87.895)	15,49%
Serviço de terceiros	(10.473)	(10.840)	-3,39%
Ônus variável da concessão	(6.243)	(5.709)	9,35%
Seguros e Garantias	(5.343)	(3.166)	68,76%
Outras receitas e despesas	(8.085)	(9.145)	-11,59%
Subtotal	(170.170)	(150.991)	12,70%
Custo de serviços de construção	(138.158)	(83.178)	66,10%
Provisão (reversão) de <i>Impairment</i>	(45.268)	(18.201)	148,71%
Provisão para demandas judiciais	(24.854)	(24.701)	0,62%
Provisão para manutenção em rodovias	(182.634)	(150.203)	21,59%
Depreciação e amortização	(69.390)	(64.218)	8,05%
Total	(630.474)	(491.492)	28,28%

*Volume acumulado período de Janeiro à Dezembro.

No exercício de 2024, houve um aumento de 28,28% nos custos e despesas operacionais que passaram de R\$ 491.492 mil em 2023 para R\$ 630.474 mil em 2024. As principais variações foram:

- ⇒ Manutenção e conservação: Reajuste nos contratos de prestação de serviços de conservação vegetal, guincho e pré-atendimento hospitalar;
- ⇒ Custo dos serviços de construção: Redução nas aquisições do ativo intangível;
- ⇒ Provisão para manutenção em rodovias: Revisão das provisões para manutenção futura da infraestrutura devido à proximidade no novo ciclo de recapeamento e de sinalização horizontal que se iniciou no segundo trimestre de 2019;
- ⇒ Depreciação e amortização: Aumento em função da revisão da taxa de amortização da curva de demanda de tráfego e devido ao aumento dos investimentos dos últimos doze meses.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



EBITDA e MARGEM EBITDA

Para melhor refletir os índices de gestão da Companhia, o EBITDA apresentado na tabela abaixo é ajustado pela exclusão das provisões para manutenções futuras e para demandas judiciais e administrativas.

EBITDA (em R\$ mil)	2024*	2023*	Variação
Resultado Líquido do Período	(420.841)	(353.533)	19,04%
(+/-) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	-	-
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	309.040	294.428	4,96%
(+/-) Depreciação e Amortização	69.390	64.218	8,05%
EBITDA	(43.194)	5.113	-944,79%
(+/-) Provisão para manutenção em rodovias	182.634	150.203	21,59%
(+/-) Provisão (reversão) de <i>Impairment</i>	45.268	18.201	148,71%
(+/-) Provisão para demandas judiciais e Adm	24.854	24.701	0,62%
(+/-) Efeito Caixa Provisão manutenção conserva especial	(36.933)	(75.788)	-51,27%
EBTIDA considerando efeito Cons. Especial (a)	172.629	122.430	41,00%
Margem EBITDA Ajustado Cons. Especial	45,56%	35,20%	10,36 p.p
(+/-) Efeito Caixa Provisão manutenção	36.933	75.788	-51,27%
Receitas Operacionais (b)	378.913	347.812	8,94%
EBITDA AJUSTADO (c)	209.561	198.218	5,72%
Margem EBITDA Ajustado (c/b)	55,31%	56,99%	-1,68 p.p

*Volume acumulado período de Janeiro à Dezembro.

Nos exercício de 2024, houve um aumento de 5,72% no EBITDA ajustado, que passou de R\$ 198.218 mil em 2023 para R\$ 209.561 mil em 2024. E a margem EBITDA ajustado teve uma redução de 1,64 p.p.

Além disso, houve um aumento de 8,05% na depreciação e amortização que passou de R\$ 64.218 mil em 2023 para R\$ 69.390 mil em 2024. Houve também uma variação de 21,59% na provisão para manutenção em rodovias por conta da revisão das provisões para manutenção futura da infraestrutura devido à proximidade no novo ciclo de recapeamento e de sinalização horizontal que se iniciou no segundo trimestre de 2019.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Resultado Financeiro

O resultado financeiro no exercício de 2024, comparado ao mesmo período de 2023, é composto da seguinte forma:

Resultado Financeiro (em R\$ mil)	2024*	2023*	Variação
Juros sobre Financiamentos e Debêntures	(321.141)	(284.599)	12,84%
Juros sobre Mútuo	(14.645)	(35.198)	-58,39%
Outras Despesas Financeiras	(16.477)	(13.856)	18,92%
TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS	(352.263)	(333.653)	5,58%
Receitas Financeiras	44.006	39.225	12,19%
TOTAL RESULTADO FINANCEIRO	(308.257)	(294.428)	4,70%

*Volume acumulado período de Janeiro à Dezembro.

Nos doze meses de 2024 houve um aumento de 4,70% no resultado financeiro que passou de (R\$ 294.428) nos doze meses de 2023 para (R\$ 308.257) mil em 2024. As principais variações foram:

- ⇒ Juros sobre Financiamentos e Debêntures: Aumento do IPCA em 2024.
- ⇒ Outras despesas financeiras: Aumento em função de maiores despesas com encargos financeiros.
- ⇒ Receitas Financeiras: Redução devido a taxa de CDI.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Debêntures

Conforme aprovado em reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 13 de maio de 2013, bem como autorizada pela ARTESP, por meio de Deliberação do Conselho Diretor de 23 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2013, a Companhia efetuou, em 15 de junho de 2013, a emissão de 1.065.000 debêntures simples, incentivadas de acordo com a lei 12.431, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), sob regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais, perfazendo o montante total de R\$1.065.000 mil.

As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição registrada na CVM, em conformidade com a Instrução CVM 400 e demais disposições legais, regulamentares e auto regulatórias aplicáveis. O registro da Oferta foi requerido por meio do procedimento simplificado instituído pela Instrução da CVM 471, sendo a oferta submetida previamente à análise da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (“ANBIMA”).

Os recursos obtidos na data de liquidação, em 05 de julho de 2013, totalizaram R\$1.071.202 mil. Esses recursos financeiros, líquidos de custos de captação de R\$65.320 mil, foram utilizados na liquidação antecipada da 4ª série de Notas Promissórias comerciais, no montante de R\$610.210 mil, em 05 de julho de 2013, e o restante permaneceu investido em contas reservas para garantir o pagamento dos juros sobre as debêntures, o financiamento parcial das obras previstas no Contrato de Concessão e de Custos Operacionais.

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures são remuneradas pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (“IPCA”) e pagos semestralmente, conforme tabela abaixo:

Datas de Pagamento	Principal	Juros	Total
15/12/2013	-	45.653	45.653
15/06/2014	-	43.365	43.365
15/12/2014	-	46.517	46.517
15/06/2015	-	46.650	46.650
14/12/2015	-	50.981	50.981
14/06/2016	-	51.851	51.851
14/12/2016	-	54.109	54.109
14/06/2017	-	54.157	54.157
14/12/2017	9.283	56.871	66.154
14/06/2018	15.174	56.897	72.071
17/12/2018	35.855	56.882	92.737
17/06/2019	38.803	55.412	94.215

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Debêntures - (continuação)

Em 20 de setembro de 2019, a Companhia solicitou aos Debenturistas a deliberação dos seguintes itens:

- A. Deliberação acerca da declaração, ou não, do vencimento antecipado das Debêntures, tendo em vista o descumprimento de suas obrigações não pecuniárias atinentes ao: (i) cumprimento com as obrigações por ela assumidas, constantes das deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas realizadas em 13/12/2017, 30/04/2018, 30/05/2018, 28/06/2018, 30/07/2018, 30/08/2018, 12/11/2018, 11/12/2018, 12/02/2019, 27/03/2019, 26/04/2019, 05/06/2019, suspensão e retomada em 12/06/2019, suspensão e retomada em 14/06/2019 e 24/07/2019, suspensão e retomada em 30/07/2019; e (ii) recomponha os Saldos Mínimos Obrigatórios das Contas de Reserva, conforme estabelecido no Aditivo do Contrato de Administração de Contas;
- B. Aprovação de alteração dos quóruns estabelecidos na cláusula 7.13 da Escritura de Emissão;
- C. Apresentação de nova proposta de reestruturação, realização de análise, discussão e aprovação de tal proposta, podendo ser apresentado contraproposta pelos Debenturistas presentes.

Em resultado a essa solicitação, os Debenturistas suspenderam para o dia 04 de outubro de 2019 os itens apresentados pela Companhia.

Em 04 de outubro de 2019, os Debenturistas suspenderam para o dia 25 de outubro a deliberação dos itens apresentados na AGD do dia 20/09/2019.

Em 25 de outubro de 2019, foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (AGDs), na qual foi suspensão para o dia 08 de novembro de 2019.

Em 08 de novembro de 2019, foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (AGDs), na qual foram deliberados os seguintes itens:

- A. Com o não atendimento da cláusula 4.16.7 da Escritura, onde é necessário o quórum de, no mínimo, 2/3 dos presentes para não declarar o vencimento antecipado, restou declarado o vencimento antecipado das Debêntures;
 - A.1 Com o resultado do item "A", este item ficou prejudicado.
- B. Não foi aprovada a alteração dos quóruns estabelecidos na cláusula 7.13 da Escritura de Emissão considerando que, pelo disposto na Escritura, seria necessária a aprovação de 100% dos presentes, mas que somente 77,49% dos presentes votaram pela aprovação deste item;
- C. Com o resultado do item "A", este item ficou prejudicado.
- D. Não houve assuntos adicionais.

Com a declaração de vencimento antecipado, a Administração da Concessionária realizou a abertura do processo de recuperação judicial como sendo mais um passo para a reestruturação financeira, mas que não afetará no atendimento aos compromissos assumidos junto ao órgão regulador e aos serviços a serem prestados aos usuários que utilizam Corredor Leste da Marechal Rondon.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Debêntures - (continuação)**

Em 08 de novembro de 2019, com a declaração de vencimento antecipado em Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (AGD), a Administração da Companhia deu início aos trâmites para protocolar a abertura do processo de recuperação judicial, como sendo mais um passo no processo de reestruturação financeira, sem afetar os compromissos assumidos junto ao órgão regulador e os serviços a serem prestados aos usuários que utilizam o Corredor Leste da Marechal Rondon.

Em 11 de novembro de 2019, a Companhia ajuizou pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei 11.101/05 ("Lei de Recuperação e Falências"), cujo processamento foi deferido em 13 de dezembro de 2019 pelo Juízo da 1ª Vara do Foro da Comarca de Salto do Estado de São Paulo ("Recuperação Judicial").

Em 30 de setembro de 2021, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a homologação do Plano de Recuperação aprovado na Assembleia Geral de Credores.

Em 12 de novembro de 2024, antes da prolação da Aprovação ARTESP, foi emitida uma decisão do Juízo da 1ª Vara da Comarca de Salto autorizando o início dos pagamentos dos créditos às classes I, II (exceto debenturistas) e IV. Em 16 de dezembro de 2024 foi feita a primeira tranche de pagamentos relativos a estes créditos.

Resultados dos Índices Financeiros em cada período:

Período	ICSD	D/E Dívida e Patrimônio Líquido
Dezembro/2013	Não medido	83,67/16,33
Junho/2014	Não medido	83,95/16,05
Dezembro/2014	Não medido	84,35/15,65
Junho/2015	7,54	84,88/15,12
Dezembro/2015	1,82	87,95/12,05
Junho/2016	1,36	89,35/10,65
Dezembro/2016	1,46	89,66/10,34
Junho/2017	1,63	90,58/9,42
Dezembro/2017	1,52	91,15/8,85
Junho/2018	1,58	93,11/6,89
Dezembro/2018	1,43	94,14/5,86
Junho/2019	1,17	96,85/3,15
Dezembro/2019	Não medido*	-

* Devido a declaração de vencimento antecipado, a Companhia não realizou os cálculos dos Índices Financeiros para o período findo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Obras e Investimentos

Recapeamentos da SP-101, SPA-007/209 e SPI-162/308



Primeiro ciclo de intervenção da rodovia SPI-162/308 (Contorno de Piracicaba). Segundo ciclo de intervenção da conservação especial de pavimento das rodovias SP-101 e SPA-007/209. O custo incorrido até dezembro de 2024 foi de **R\$ 145,8 milhões**.

Complexo de Botucatu



Engloba 06 itens de investimentos (Marginais da SP-209, km 19+000 ao km 21+100 N/S; Marginais da SP-300, km 248+000 ao km 252+000 L/O; e Melhoria de 02 Dispositivos km 20+300 e km 248+900), que totalizam 11,5 quilômetros. As duas Obras de Artes Especiais (OAE's) do km 20 e Contenções estão em andamento. O custo incorrido até dezembro de 2024 foi de **R\$ 58,9 milhões**.

Alargamentos de OAE



Contempla 6 alargamentos na SP-300, nos km's 171+900, 176+250, 207+900, 215+350, 215+500 e 299+550; os serviços foram iniciados em jan de 2023 e estão em andamento. O custo incorrido até dezembro de 2024 foi de **R\$ 22,8 milhões**.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Responsabilidade Socioambiental

Café na Passarela



Esta ação tem como objetivo principal de reduzir o número de acidentes com pedestres nas rodovias, ela é realizada nos pontos com maior fluxo de pedestres com o convite para um café da manhã acompanhado de material educativo e orientações pelos funcionários da concessionária afim de incentivar e conscientizar os usuários sobre a importância do uso das passarelas e os riscos envolvidos em travessias imprudentes.

Acorda Motorista



O evento "Acorda Motorista" é focado aos caminhoneiros da rodovia. Ela é realizada no período da madrugada, justamente para alertá-los sobre os riscos de dirigir com sono. Todos os usuários recebem um material com dicas e informações para garantir uma viagem segura, como a importância da parada a cada duas horas dirigindo e a necessidade de dormir antes de uma viagem além de distribuição de kit saúde com álcool em gel e máscara.

Ação "Cavalo de aço – Abrace a vida motociclista"



Esta ação tem como objetivo abordar os motociclistas para conscientizá-los sobre os cuidados no trânsito, ressaltando sobre a importância do uso dos equipamentos de segurança. A concessionária disponibiliza gratuitamente uma inspeção nos itens de segurança das motocicletas e faz a distribuição de equipamentos como: antenas corta pipa e kit de adesivos refletivos para capacete.

Via Segura



A campanha Via Segura, foi realizado no mês de maio na cidade Lençóis Paulista. O objetivo é intensificar a segurança dos usuários na rodovia, fortalecendo a importância de respeitar as leis de trânsito, além de fornecer aos motoristas, seja de caminhão, carro ou moto um guia do motorista, feito especialmente para que o usuário conheça melhor a rodovia pelo qual ele trafega diariamente ou esporadicamente.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Balanço Patrimonial

Ativo (em R\$ mil)	2024	2023
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	192.687	141.461
Contas a receber (Nota 6)	34.272	33.074
Despesas Antecipadas	12.035	1.976
Impostos a recuperar (Nota 7)	3.111	3.419
Outros ativos	2.718	3.018
	244.823	182.948
Não circulante		
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	68.020	64.241
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	-	-
Depósitos judiciais (Nota 13.a)	69.909	58.336
Outros ativos	4.231	5.159
Imobilizado (Nota 9)	8.872	8.194
Intangível (Nota 10)	916.707	887.050
	1.067.739	1.022.980
Total do ativo	1.312.562	1.205.928

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Balanco Patrimonial

Passivo (em R\$ mil)	2024	2023
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços (Nota 11)	39.986	33.502
Debêntures (Nota 14)	2.891.584	2.545.117
Credor pela concessão	523	499
Obrigações tributárias	4.237	4.582
Obrigações trabalhistas	4.824	4.560
Provisões (Nota 13)	146.985	111.033
Outros passivos	2.528	2.093
	3.090.667	2.701.386
Não circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços (Nota 11)	1.152	-
Provisões (Nota 13)	571.818	449.192
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 12.b)	235.169	220.524
Outros passivos	189	418
	808.328	670.134
Total do passivo	3.898.995	3.371.520
Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto) - (Nota 15)		
Capital social	303.578	303.578
Prejuízos acumulados	(2.890.011)	(2.469.170)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(2.586.433)	(2.165.592)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	1.312.562	1.205.928

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Demonstrações dos Resultados

Demonstração dos Resultados (em R\$ mil)	2024	2023
Receita operacional líquida (Nota 16)	517.890	432.387
Custos dos serviços prestados (Nota 17)	(539.825)	(427.598)
Lucro bruto	(21.935)	4.789
Despesas e receitas operacionais:		
Gerais e administrativas (Nota 17)	(21.869)	(20.144)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 17(i))	(68.780)	(43.750)
	(90.649)	(63.894)
Lucro (prejuízo) operacional	(112.584)	(59.105)
Despesas financeiras (Nota 18)	(352.263)	(333.653)
Receitas financeiras (Nota 18)	44.006	39.225
Despesas financeiras, líquidas	(308.257)	(294.428)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(420.841)	(353.533)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	-	-
Prejuízo do período	(420.841)	(353.533)
Prejuízo básico e diluído por ação - em R\$ (Nota 20)	(0,01386)	(0,01165)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Fluxo de Caixa

Demonstração do Fluxo de Caixa (em R\$ mil)	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(420.841)	(353.533)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-
Depreciação e amortização	69.388	64.218
Rendimentos de aplicações financeiras	(6.737)	(7.625)
Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	7	-
Provisão (reversão) de <i>Impairment</i>	45.268	18.201
Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	321.141	284.599
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	14.645	35.198
Provisões para demandas judiciais	23.928	24.701
Provisões para manutenção em rodovias	182.633	150.203
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção em rodovias	(11.497)	(14.415)
Variação monetária sobre provisão para investimentos	447	410
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	-	-
	218.382	201.957
Variação nas contas de ativo		
Contas a receber	(1.198)	(4.362)
Despesas antecipadas	(10.059)	(365)
Tributos a recuperar	308	(936)
Depósitos judiciais	(11.573)	(3.235)
Outros ativos	1.228	3.602
Variação nas contas de passivo		
Fornecedores e prestadores de serviços	7.636	4.505
Credor pela concessão - ônus variável	24	35
Obrigações tributárias	(345)	621
Obrigações trabalhistas	264	548
Provisão para manutenção — pagamento	(36.933)	(75.788)
Outros passivos	208	(180)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	167.942	126.402
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	-	-
Resgate de aplicações financeiras	2.958	4.834
Investimentos no ativo imobilizado	(2.474)	(928)
Investimentos no ativo intangível	(117.200)	(72.792)
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de investimento	(116.716)	(68.886)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de principal sobre debêntures	-	-
Pagamento de prêmio sobre financiamentos e debêntures	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	-
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	51.226	57.516
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	141.461	83.945
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	192.687	141.461

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Relacionamento com o Auditor

Nos doze meses de 2024, a Concessionária não contratou a BDO RCS Auditores Independentes (“BDO”) para a realização de outros trabalhos relacionados a *compliance*.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservem a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial ("CRT", "Concessionária" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rodovia do Açúcar (SP 308), KM 108 + 600 metros, cidade de Salto, SP, Brasil, iniciou suas operações em 23 de abril de 2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP ("ARTESP" ou "Poder Concedente"). A Companhia possui registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria B desde 06 de setembro de 2011.

A Companhia tem como objetivo realizar, sob o regime de concessão (por prazo certo) até 23 de abril de 2039, a exploração do Corredor Marechal Rondon Leste, sendo responsável pela administração de 415 km compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (ii) o apoio aos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

Os principais compromissos assumidos no Contrato de Concessão Rodoviária, os quais se encontram em fase de projeto ou de execução, são:

- Duplicações: duplicação de trechos das rodovias sob responsabilidade da Companhia, SP-101, SP-300 e SP-308, totalizando 88,4 km; e
- Dispositivos de entroncamento: melhorias dos dispositivos existentes e implantação de novos dispositivos, em toda a malha rodoviária sob responsabilidades da Companhia, compreendendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300 e SP-308, totalizando 120 km.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor presente dos investimentos programados para liquidar os compromissos assumidos pela Companhia, até o final do contrato de concessão, era de R\$ 3.953 milhões (R\$ 5.140 milhões a valor nominal) e em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 3.758 milhões (R\$ 4.872 milhões a valor nominal), concentrado na implantação de dispositivos de entroncamento, obras de duplicação, pavimentação, conservação e sinalização, contornos, sistemas de telecomunicações, supervisão e controle.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente, de forma gratuita e automática, todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferido à Companhia, ou por ela implantado no âmbito da concessão. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do IPC-A ocorrida até 31 de maio do mesmo ano.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou prejuízo no montante de R\$ 420.841 (2023 (Reapresentado) - R\$ 353.533), um capital circulante líquido negativo de R\$ 2.845.844 (2023 - R\$ 2.518.438) e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 2.586.433 (2023 - (Reapresentado) - R\$ 2.165.592).

O capital circulante negativo mencionado acima está considerando a totalidade das debêntures classificada no passivo circulante conforme determinação das normas brasileiras e internacionais de contabilidade, em razão da declaração de vencimento antecipado em Assembleia realizada no dia 08 de novembro de 2019.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.1. Recuperação judicial

Em 11 de novembro de 2019, a Companhia ajuizou pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei 11.101/05 (“Lei de Recuperação e Falências”), cujo processamento foi deferido em 13 de dezembro de 2019 pelo Juízo da 1ª Vara do Foro da Comarca de Salto do Estado de São Paulo (“Recuperação Judicial”).

Na avaliação da Companhia, a Recuperação Judicial foi a forma mais adequada para: (a) buscar, de forma organizada, o reperfilamento de seu endividamento em melhores condições; (b) preservar a continuidade dos serviços públicos prestados pela Companhia, considerando os compromissos assumidos com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP; (c) possibilitar a manutenção da normalidade operacional de suas atividades; e (d) preservar o valor e proteger o caixa da Companhia.

Em 30 de setembro de 2021, o Juízo da Recuperação Judicial proferiu a decisão de homologação do Plano de Recuperação aprovado na Assembleia Geral de Credores (“Plano”), tendo essa decisão sido publicada no Diário de Justiça Eletrônico em 06 de outubro de 2021. Diversos prazos previstos no Plano são contados da data de homologação do Plano (“Data de Homologação” - 06.10.2021) ou da aprovação das operações previstas no Plano pela ARTESP (“Aprovação ARTESP” - 22.11.2024).

O Plano apresentado pela Companhia e aprovado em Assembleia Geral de Credores incluiu os principais pontos para a reestruturação financeira:

- Créditos quirografários detidos por Debenturista: cada Debenturista teve a oportunidade de escolher entre duas opções de pagamento, sendo que a “Opção A” consistia na substituição das debêntures RDVT11 por “Debêntures de Resultado” e a “Opção B” consistiu na substituição das debêntures RDVT11 por cotas do Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, gerido pela gestora Geribá (“Fundo de Investimento”).
- Credores Trabalhistas: pagamentos em 12 parcelas mensais de igual valor respeitando o limite total de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).
- Créditos quirografários detidos por não Debenturistas: pagamento, até o limite de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), por credor, em 12 (doze) parcelas mensais; (i) caso haja saldo não superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), o saldo será pago na proporção de 50% em 12 parcelas mensais a contar do final do pagamento do valor inicial; e (ii) caso os créditos sejam superiores a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), o valor que superar o limite de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) será pago em 2 (duas) tranches, sendo que a primeira será de 40% (quarenta por cento) do valor devido remanescente pago em 150 (cento e cinquenta) parcelas mensais, sendo que a primeira parcela será devida no último Dia Útil do 60º (sexagésimo) mês contado da Data de Homologação Judicial do Plano ou da Aprovação ARTESP e a segunda será de 60% do valor devido remanescente em uma parcela única, no último dia útil após 210 (duzentos e dez) meses contados da Data de Homologação Judicial do Plano ou da Aprovação ARTESP, o que acontecer por último, estando tal pagamento sujeito ao Bônus de Adimplência previsto no Plano (Cláusula 3.4.2.2.2.).
- Alienação de 100% (cem por cento) das ações ordinárias da Companhia e seus respectivos mútuos pelos acionistas anteriores (AB Concessões e Líneas BV) para o Fundo de Investimento, na forma do acordo de compra e venda das ações e respectivos mútuos (“SPA”) anexo ao Plano.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Créditos detidos pela ARTESP: serão pagos até o limite de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais) em 150 (cento e cinquenta) parcelas mensais e sucessivas a partir do 60º (sexagésimo) mês da Aprovação ARTESP. O saldo superior a R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais) será pago na proporção de 40% (quarenta por cento) em 150 (cento e cinquenta) parcelas mensais e sucessivas contados do último dia útil do 60º (sexagésimo) mês e 60% (sessenta por cento) em parcela única após 210 (duzentos e dez) meses contados da Aprovação ARTESP ou da liquidação do crédito, o que ocorrer por último, com bônus de adimplência.
- Créditos ME/EPP: serão pagos integralmente em uma única parcela.

O Plano de Recuperação aprovado e homologado no processo da Recuperação Judicial previu que o início da sua implementação somente poderia ocorrer após a Aprovação ARTESP, sendo que foi previsto inicialmente o prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias da Data de Homologação para sua ocorrência. Este prazo foi sucessivamente estendido.

Em 12 de novembro de 2024, antes da prolação da Aprovação ARTESP, foi emitida uma decisão do Juízo da 1ª Vara da Comarca de Salto autorizando o início dos pagamentos dos créditos às classes I, II (exceto debenturistas) e IV. Em 16 de dezembro de 2024 foi feita a primeira tranche de pagamentos relativos a estes créditos.

Em 22 de novembro de 2024 a Aprovação ARTESP foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, permitindo que, a partir desse momento, a Companhia pudesse iniciar o processo de implementação de todos os atos remanescentes relacionados ao Plano, notadamente os referentes aos debenturistas.

Em 1º de março de 2021 foi emitido Fato Relevante pela Companhia pelo qual informou que tomou conhecimento da decisão do Conselho Diretor da ARTESP de (i) instaurar processo administrativo de verificação de inadimplência da Concessionária Rodovias do Tietê S.A, nos termos da Cláusula 38.3 do Contrato de Concessão 004/Artesp/2009 e do artigo 38, §2º, da Lei Federal 8.987/95, devido à não regularização de descumprimentos contratuais relativos ao cronograma físico-financeiro; e (ii) instaurar processo administrativo de apuração preliminar de inadimplência da Companhia, nos termos das Cláusulas 31.7 e 38.2 do Contrato de Concessão 004/Artesp/2009 e do artigo 38, §3º, da Lei Federal 8.987/95. Na sequência, e de forma tempestiva, a Companhia apresentou seus argumentos de defesa. No entanto, o referido processo vem sendo sucessivamente suspenso, desde 2021, através de deliberações da ARTESP, sendo que, a última suspensão ocorreu já após o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, através da deliberação ARTESP Nº 112, de 24 de abril de 2025, pela qual suspendeu o processo administrativo pelo prazo de mais 90 (noventa) dias corridos.

A Administração concluiu, com base na opinião dos assessores jurídicos internos, que, no estágio atual da Recuperação Judicial, incluindo o contexto da autorização de controle da transferência acionária obtida da ARTESP e a implementação das operações previstas no Plano, não há incerteza significativa quanto à capacidade da Companhia de continuar em funcionamento no futuro previsível, portanto, as demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no regime de continuidade.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS")), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A apresentação das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada pela Diretoria da Companhia em 30 de abril de 2025.

2.2. Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

2.4. Uso de estimativa

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As áreas que envolvem julgamentos críticos ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações contábeis, estão demonstradas na Nota Explicativa nº 3.18.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.5. Reapresentação dos valores referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e data-base de 1º de janeiro de 2023

A administração da Companhia, preparou estudo de recuperabilidade e concluiu pela necessidade de registrar redução ao valor recuperável do seu ativo imobilizado e intangível. Estes estudos foram realizados com base em premissas que são aplicáveis após a implementação mencionada na nota 1.1. O registro ocorreu de forma retrospectiva, uma vez que estudos não haviam sido formalizados tempestivamente.

A Companhia mantém créditos de tributos que mantinha, em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 652.578 referente à prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias. Devido aos aspectos mencionados na Nota 1.1, notadamente o decurso do tempo desde a homologação judicial do Plano e as incertezas relacionadas à sua implementação, a Companhia revisou sua análise da perspectiva de realização daqueles créditos com lucros tributáveis futuros para registro pelo valor recuperável, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 - "Tributos sobre o Lucro" e norma internacional de contabilidade IAS 12 - Income Taxes, e concluiu pelo reconhecimento da baixa do referido montante em seu período de origem.

Este reconhecimento foi registrado como correção de erro, retrospectivamente, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, na apresentação destas demonstrações financeiras.

Abaixo, a Companhia apresenta os efeitos correspondentes comparativos para o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2023 e em 1º de janeiro de 2023, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das demonstrações das mutações do patrimônio líquido, do valor adicionado e dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

1. Balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2023 e 1º de janeiro de 2023

	Saldo de abertura 1º de janeiro de 2023		
	Original	Ajustes	Reapresentado
Ativo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	539.037	(539.037)	-
Intangível (Nota 10)	1.391.469	(512.266)	879.203
Total do ativo não circulante	2.060.829	(1.051.303)	1.009.526
Total do ativo	2.184.501	(1.051.303)	1.133.198
Patrimônio líquido			
Prejuízo acumulado	(1.064.334)	(1.051.303)	(1.603.371)
Total do Patrimônio líquido	(760.756)	(1.051.303)	(1.812.059)
Total do passivo e patrimônio líquido	2.184.501	(1.051.303)	1.133.198

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo final de 31 de dezembro de 2023			
	Original	Ajustes retroativos a 2023	Ajustes ao resultado de 2023	Reapresentado
Ativo				
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	652.578	(539.037)	(113.541)	-
Intangível (Nota 10)	1.417.517	(512.266)	(18.201)	887.050
Total do ativo não circulante	2.206.025	(1.051.303)	(131.742)	1.022.980
Total do ativo	2.388.973	(1.051.303)	(131.742)	1.205.928
Patrimônio líquido				
Prejuízo acumulado	(1.826.125)	(1.051.303)	(131.742)	(3.009.170)
Total do Patrimônio líquido	(982.547)	(1.051.303)	(131.742)	(2.165.592)
Total do passivo e patrimônio líquido	2.388.973	(1.051.303)	(131.742)	1.205.928

2. Demonstração do resultado e do resultado abrangente em 31 de dezembro de 2023

	Saldo em 31 de dezembro de 2023		
	Original	Ajustes	Reapresentado
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 17)	(25.549)	(18.201)	(43.750)
Prejuízo operacional	(40.904)	(18.201)	(59.105)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(335.332)	(18.201)	(353.533)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 08)	113.541	(113.541)	-
Prejuízo do exercício	(221.791)	(131.742)	(353.533)
Prejuízo básico e diluído por ação - em R\$ (Nota 20)	(0,00731)		(0,01165)
Prejuízo do exercício	(221.791)	(131.742)	(353.533)
Total do resultado abrangente do exercício	(221.791)	(131.742)	(353.533)

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2023

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Saldo em 1º de janeiro de 2023, como previamente divulgado	303.578	(1.064.334)	(760.756)
Correção de erro em períodos anteriores	-	(1.051.303)	(1.051.303)
Saldo em 1º de janeiro de 2023 - ajustado	303.578	(2.115.637)	(1.812.059)
Saldo em 31 de dezembro de 2023, como previamente divulgado	303.578	(1.286.125)	(982.547)
Correção de erro em períodos anteriores	-	(1.183.045)	(1.183.045)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	303.578	(2.469.170)	(2.165.592)

4. Demonstração do fluxo de caixa do período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2023

	Publicado	31/12/2023 Ajustes	Reapresentado
Prejuízo do período	(221.791)	(131.742)	(353.533)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(113.541)	113.541	-
Provisão (reversão) de Impairment	-	18.201	18.201

5. Demonstração do valor adicionado no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2023

	Saldo em 31 de dezembro de 2023		
	Original	Ajustes	Reapresentado
Valor adicionado recebido em transferência			
Baixa por impairment		(18.201)	(18.201)
Valor adicionado total a distribuir	69.314	(18.201)	51.113
Impostos, taxas e contribuições Federais (incluindo IOF)	(99.454)	113.541	14.087
Remuneração de capital próprio			
Prejuízo do exercício	(221.791)	(131.742)	(353.533)
Valor adicional total distribuído	69.314	(18.201)	51.113

3. Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais adotadas de maneira consistente para a elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber por serviços de cobrança de pedágios no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

3.3 Instrumentos financeiros

3.3.1 Classificação e mensuração

(a) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Os principais ativos financeiros da Companhia incluem: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e depósitos judiciais. Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e depósitos judiciais são classificados e mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Aplicações financeiras são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “Resultado Financeiro” no período em que ocorrem.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, outros passivos financeiros, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os principais passivos financeiros da Companhia incluem: fornecedores, credor pela concessão, mútuos a pagar e debêntures. Esses passivos classificados são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento.

3.3.2 Impairment de ativos financeiros

A Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

3.3.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

3.4 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os itens sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como seguem:

- Provisão para investimentos em rodovias: decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão, cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível; e
- Provisão para manutenção em rodovias: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos nominais e os respectivos saldos a valor presente estão demonstrados abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo		
Provisão para manutenção a valor nominal	435.114	289.414
Provisão para manutenção a valor presente (i)	(396.921)	(262.718)
Ajuste a valor presente	38.193	26.696

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) A mensuração do valor presente é calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto de 8% a.a. em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, que refletem a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado.

3.5 Segmento de negócios

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Companhia é dentro do estado de São Paulo, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia. Todo o serviço de exploração da Concessão é regulado por um mesmo regulador.

3.6 Ativos intangíveis

(a) Direitos de uso dos serviços públicos

O ativo intangível é reconhecido inicialmente ao custo de aquisição. É reconhecido apenas se for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis aos ativos serão gerados em favor da Companhia.

A Companhia reconhece um ativo intangível a medida em que recebe o direito de cobrar os usuários dos serviços públicos (Nota 16). Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço público.

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com o tempo esperado de geração de benefícios econômico estimado, até o limite do prazo da concessão.

(b) Direito de outorga ou de concessão

O direito de outorga ou de concessão, refletem o custo de aquisição do direito de operar as concessões. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão, pela curva de benefício econômico.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda do valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste do valor recuperável. (Nota 3.18 (a))

(c) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos, limitados ao prazo da concessão.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, quando incorridos podem incluir os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

3.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, limitadas ao prazo da concessão.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

3.8 Fornecedores e prestadores de serviços

As contas a pagar aos fornecedores e prestadores de serviços são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.9 Empréstimos e debêntures

Os empréstimos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e debêntures gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e debêntures são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.10 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.11 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda diferido ativo e passivo são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

3.12 Benefícios a empregados

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

3.13 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

3.14 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelos serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço.

(a) Serviços de construção ou de melhoria

A receita da prestação de serviços de construção ou de melhoria, segundo o ICPC 01 (R1), é reconhecida ao valor justo no período contábil durante o qual os serviços são prestados. A remuneração desses serviços corresponde ao direito de cobrar os usuários dos serviços públicos e são ativados no ativo intangível e amortizadas conforme o prazo de concessão. As receitas e os custos relacionados a esses serviços são registrados no resultado do exercício. O estágio de conclusão é determinado pela evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As estimativas de receitas, custos ou progresso até a conclusão são revisados quando as circunstâncias sofrem alterações. Quaisquer aumentos ou diminuições nas receitas ou custos estimados são refletidos no resultado no período em que a administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

(b) Serviços de operação - Receitas de pedágios

As receitas de pedágios são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias. O pagamento do preço da transação se torna devido e a obrigação de desempenho é cumprida assim que o cliente passa pelas praças de pedágio.

3.15 Arrendamentos operacionais

A Companhia arrenda para clientes direito de uso de faixas de domínio. Os recebimentos de arrendamentos são reconhecidos como receita pelo método linear, conforme Nota 16. Os custos, quando incorridos, são reconhecidos como despesa.

3.18 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e, mais do que isso, necessita que haja um exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas estão apresentadas a seguir:

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a perda.

Os valores recuperáveis da Unidade Geradora de Caixa (UGC) da concessão foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base nas estimativas abaixo. A Companhia possui somente uma UGC.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Caso o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

O valor recuperável é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para o período da Concessão.

O teste de *impairment* envolve projeções significativas sobre os resultados futuros da Companhia, em que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e, consequentemente, em sua demonstração financeira.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Impostos diferidos ativos

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

As premissas-chave utilizadas pela administração são em linha com as premissas-chave utilizadas para a análise do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis.

c) Provisão para demandas judiciais

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

d) Contabilização do Contrato de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no Contrato de Concessão.

e) Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

- (a) *Investimentos que geram potencial de receita adicional* - são reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado à ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (b) *Investimentos que não geram potencial de receita adicional* - são gastos relacionados com manutenção e outros que não geram receitas futuras.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do Contrato de Concessão limitado ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda, sendo a taxa de amortização,

determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão.

g) Determinação das receitas de construção

Quando a Companhia contrata serviços de construção, deve reconhecer a receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses

serviços, nesses casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e acompanhamento das obras.

h) Provisão para manutenção em rodovias

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data do balanço, em contrapartida à despesa do exercício para manutenção ou recomposição da infraestrutura em um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

3.19 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

- O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório, deve ser substancial e existir antes do término deste período;
- Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a *covenants*, tais *covenants* afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o *covenant* existir no final do período do relatório ou antes dele;
- A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e
- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante, somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial.

Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens das demonstrações financeiras da Companhia.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento

Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda.

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 - que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback* (relocação).

Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e *leaseback*, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações financeiras da Companhia.

c) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)

Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores.

3.20 Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2024.

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- (a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;
- (b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- (c) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.
- A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;
- (e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	685	2.835
Aplicação financeira (i)	192.002	138.626
	192.687	141.461

- (i) Referem-se a aplicação financeiras em Certificados de Depósitos bancários (CDBs), tendo essa aplicação sido remunerada a 98% do CDI em 2024 e 2023.

5. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	31/12/2024	31/12/2023
Não circulante	68.020	64.241
	68.020	64.241

Companhia mantém aplicações financeiras em Fundos de Investimentos vinculados, para cumprir obrigações contratuais referentes às debêntures (Nota 14). Essas aplicações são remuneradas a 101% do CDI em 2024 e em 2023.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber

As contas a receber referem-se aos serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio, cartões de pedágio e de receitas acessórias. São registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas demonstrações financeiras. Os valores a receber vencem em até 45 dias.

	31/12/2024	31/12/2023
Pedágio eletrônico a receber	25.387	23.610
Cartões de pedágio a receber	913	808
Receitas acessórias	7.991	8.141
Valores em trânsito	196	731
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(215)	(216)
	34.272	33.074

7. Impostos a recuperar

	31/12/2024	31/12/2023
IRRF sobre aplicações financeiras	3.099	3.410
Outros impostos a recuperar	12	9
Circulante	3.111	3.419

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2024	31/12/2023 (Reapresentado)	01/01/2023 (Reapresentado)
Ativo:			
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	527.949	457.729	387.931
Diferenças temporárias:			
Provisão para demandas judiciais	101.507	96.854	88.456
Outras provisões	2.973	2.677	308
Provisão para manutenção de rodovias	130.778	113.523	82.080
Provisão para investimentos em rodovias	3.533	3.505	3.475
AVP Outorga	1.267	1.341	1.407
CPC 47 - Ajustes de Receita Bruta	658	633	609
Impairment - Tributo Diferido Ativo, após deduzido o saldo passivo	(768.665)	(652.578)	(539.037)
	22.140	23.684	25.229
Passivo:			
Tributos diferidos:			
Amortização - curva de tráfego (i)	(22.140)	(23.684)	(25.229)
Líquido	-	-	-

(i) Refere-se aos tributos diferidos, acumulados até 2014, sobre a diferença apurada entre a amortização do intangível, calculada pela curva de tráfego, e a depreciação desses ativos, calculada pelas taxas permitidas pela legislação fiscal.

Lei nº 12.973/14

A partir de 2015, foram abertas as subcontas para registro das diferenças positivas e negativas entre os valores dos ativos mensurados conforme a legislação societária e os valores mensurados de acordo com os critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 (RTT), para que o efeito tributário desses ajustes seja dado à medida da realização desses ativos.

Em 31 de dezembro de 2024, o montante de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a compensar é de R\$ 746.525 (2023 - R\$ 652.578). O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social não possuem prazo prescricional e a sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A expectativa da administração é no sentido de que, com a implementação do Plano de Recuperação e repactuação do passivo da Companhia, será revertida a situação quanto aos resultados negativos da Companhia verificados em períodos passados, de modo que poderá ser alcançado resultado positivo em períodos futuros, permitindo-se a compensação futura do prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social.

A administração da Companhia ressalva, contudo, que a baixa contábil de tal ativo não prejudica o seu direito de utilizar o prejuízo fiscal e a base negativa da CSLL para compensar parte de lucros tributáveis futuros, se e quando apurados, nos termos e condições estabelecidos pela legislação e regulamentação tributárias aplicáveis. Ademais, a alteração do cenário de incerteza quanto à implementação do Plano poderá impactar as estimativas da administração para o resultado de exercícios futuros, com a possibilidade de reconhecimento dos créditos de tributos diferidos cuja perda está sendo ora reconhecida.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Automóveis	Terrenos	Instalações e edificações	Total
Em 31 de dezembro de 2023							
Saldo inicial	334	1.174	657	2.055	377	4.317	8.914
Aquisições	32	81	194	485	-	135	927
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(79)	(293)	(251)	(686)	-	(338)	(1.647)
Baixa de depreciação	-	-	-	-	-	-	-
Saldo contábil, líquido	287	962	600	1.854	377	4.114	8.194
Em 31 de dezembro de 2023							
Custo	1.379	3.314	6.007	4.420	377	7.854	23.351
Depreciação acumulada	(1.092)	(2.352)	(5.407)	(2.566)	-	(3.740)	(15.157)
Saldo contábil, líquido	287	962	600	1.854	377	4.114	8.194
Em 31 de dezembro de 2024							
Saldo inicial	287	962	600	1.854	377	4.114	8.194
Aquisições	11	2	179	2.143	-	140	2.475
Baixas	(5)	-	(16)	-	-	-	(21)
Transferência	45	-	-	-	-	(45)	-
Depreciação	(79)	(261)	(215)	(896)	-	(339)	(1.790)
Baixa de Depreciação	2	-	12	-	-	-	14
Saldo contábil, líquido	261	703	560	3.101	377	3.870	8.872
Em 31 de dezembro de 2024							
Custo	1.432	3.316	6.170	6.563	377	7.949	25.807
Depreciação acumulada	(1.171)	(2.613)	(5.610)	(3.462)	-	(4.079)	(16.935)
Saldo contábil, líquido	261	703	560	3.101	377	3.870	8.872
Vida útil estimada em anos	10	10	10	5	-	25	

Em 31 de dezembro de 2024, existem ativos imobilizados totalmente depreciados ainda em uso, como sistema de ar-condicionado e sistema de telefonia de sede, veículos, dentre outros, no montante total de custo de R\$ 9.287 (2023 - R\$ 7.072).

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível

	Direito de outorga da concessão (i)	Obras e serviços (ii)	Equipamentos (iii)	Obras em andamento (iv)	Software (v)	Total
Em 31 de dezembro de 2023						
Saldo inicial (Reapresentado)	249.189	384.214	27.085	215.994	2.721	879.203
Aquisições (vii)	-	50.170	1.592	35.034	1.823	88.619
Alienações	-	(3)	3	-	-	-
Amortização (vi)	(20.099)	(38.404)	(2.321)	-	(1.747)	(62.571)
Baixa de Amortização	-	-	-	-	-	-
Baixa por <i>Impairment</i> (viii)	(4.807)	(12.797)	(597)	-	-	(18.201)
Saldo contábil, líquido (Reapresentado)	224.283	383.180	25.762	251.028	2.797	887.050
Em 31 de dezembro de 2023						
Custo	542.244	1.002.206	71.683	251.028	16.671	1.883.832
Amortização acumulada	(167.964)	(256.520)	(27.957)	-	(13.874)	(466.315)
<i>Impairment</i>	(149.997)	(362.506)	(17.964)	-	-	(530.467)
Saldo contábil, líquido (Reapresentado)	224.283	383.180	25.762	251.028	2.797	887.050
Em 31 de dezembro de 2024						
Saldo inicial (Reapresentado)	224.283	383.180	25.762	251.028	2.797	887.050
Aquisições (vii)	-	99.085	817	39.893	2.730	142.525
Transferências	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	(50)	-	-	(50)
Baixa Amortização	-	-	50	-	-	50
Amortização (vi)	(20.385)	(42.852)	(2.362)	-	(2.001)	(67.600)
Baixa por <i>Impairment</i> (viii)	(10.734)	(33.147)	(1.386)	-	-	(45.268)
Saldo contábil, líquido	193.164	406.266	22.830	290.921	3.526	916.707
Em 31 de dezembro de 2024						
Custo	542.244	1.101.291	72.450	290.921	19.401	2.026.307
Amortização acumulada	(188.349)	(299.372)	(30.269)	-	(15.875)	(533.865)
<i>Impairment</i>	(160.731)	(395.653)	(19.351)	-	-	(575.735)
Saldo contábil, líquido	193.164	406.266	22.830	290.921	3.526	916.707

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Referem-se ao valor pago para a exploração do sistema rodoviário, calculado a valor presente.
- (ii) Referem-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente, calculados a valor presente e acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos. Originalmente, a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica “Provisão para investimentos em rodovias”.
- (iii) Referem-se aos investimentos programados em implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, e outros equipamentos. Originalmente, a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica “Provisão para investimentos em rodovias”.
- (iv) Referem-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. A Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados.
- (v) Referem-se aos sistemas operacionais adquiridos pela Companhia e são amortizados linearmente com a taxa de 20% ao ano.
- (vi) Amortização efetuada pela curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperado ao longo do prazo da concessão, estimada com base no crescimento do PIB, da população regional e no histórico da Companhia, para a qual foi considerada a taxa média ponderada de 5,59% em 31 de dezembro de 2024 (2023 - 5,22%), exceto pelo direito de uso de software, calculado pela vida útil de 5 anos.
- (vii) No período findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia capitalizou custos de empréstimos diretamente relacionados com a construção de obras em infraestrutura no montante de R\$ 25.326 (2023 - R\$ 15.827).
- (viii) A Administração da Companhia contratou uma consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem se os ativos intangíveis apresentam valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis, na data-base de 31 de dezembro de 2024. O valor em uso foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado, considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção: as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos e capital de giro) e fluxos de caixa futuros, cujas perspectivas de crescimento baseiam-se nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de concessão; e (ii) taxa de desconto: o WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) foi estimado com base em premissas de mercado e de empresas comparáveis à Companhia, resultando em uma taxa de 9,11% a.a. Com base nos procedimentos realizados relacionados a avaliação sobre o valor recuperável dos ativos intangíveis, a Administração identificou ajuste da provisão a ser constituído no resultado do exercício no montante de R\$ 45.268 (2023 (Reapresentado) - R\$ 18.201).

Um aumento ou redução na taxa de desconto antes dos impostos, resultaria nos seguintes valores em relação ao valor recuperável:

Taxa WACC	Impacto no valor recuperável 31.12.2024
8,01%	434.907
8,50%	499.788
9,11%	575.735
10,11%	689.602
10,50%	730.705

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Fornecedores e prestadores de serviços

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o total de fornecedores foi como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores nacionais de materiais e serviços	19.912	14.374
Cauções e retenções contratuais (i)	21.226	19.128
	41.138	33.502
Circulante	39.986	33.502
Não circulante (ii)	1.152	-

(i) Referem-se a parcelas de 5% sobre o valor pago aos fornecedores de materiais e serviços que fica retida com a Companhia e que será paga ao término da obra a fim de garantir a correta execução do serviço contratado.

(ii) Em 2024, foram reconhecidos: baixa de R\$ 1.152 para o resultado do exercício referente ao *haircut* de fornecedores, conforme apresentado na Nota Explicativa nº17, e reclassificação para o não circulante no montante de R\$ 1.152, de acordo com os termos do Plano de Recuperação Judicial.

12. Partes relacionadas**a) Remuneração da Administração**

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração fixa	2.384	2.311
	2.384	2.311

Além da remuneração fixa e variável, aos administradores são concedidos os mesmos benefícios adicionais dos empregados, mencionados na Nota 19.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de abril de 2024, foi fixada a remuneração anual fixa dos membros da diretoria da Companhia de até o valor de R\$ 2.465.

b) Mútuos a pagar

	Taxa de juros	Vencimento	31/12/2024	31/12/2023
Via Appia Concessões S.A. (sucessora de AB Concessões S.A.)	0,5% a.m.+ CDI	Indeterminado	213.157	199.900
Lineas International Holding B.V.	0,5% a.m.+ CDI	Indeterminado	22.012	20.624
			235.169	220.524

No contexto da cisão parcial da AB Concessões S.A. realizada em 27 de maio de 2024, e do cumprimento do acordo de acionistas da Companhia, entre a AB Concessões e a Lineas International Holding BV, foi concluída, em 05 de setembro de 2024, a averbação da transferência, nos livros da Companhia, da participação direta de 50% do capital social da Companhia anteriormente detida pela AB Concessões S.A., à Via Appia Concessões S.A., incluindo respectivo mútuo. Desta forma, a AB Concessões S.A. foi sucedida por Via Appia Concessões S.A no respectivo mútuo.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os contratos possuem vencimento indeterminado e fazem parte do objeto do SPA assinado em 09 de agosto de 2021, através do qual, assim que obtido o seu fechamento, os mútuos serão transferidos para o Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura. Os mútuos foram remunerados até 31 de maio de 2024, com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão acrescida de 0,5% ao mês.

Em 10 de outubro de 2024, foi celebrado um termo de acordo entre os acionistas e Companhia, com a interveniência anuência do Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, para a suspensão da incidência de juros a partir de 01 de junho de 2024 (inclusive), de forma que o saldo devedor dos mútuos acumulará os juros apenas até o dia 31 de maio de 2024. Em resultado desse acordo, a Companhia reverteu o valor de R\$ 2.763 de atualização registrado no mês de junho e a não incidência a partir dessa data.

Os juros sobre as transações com partes relacionadas no período foram de R\$ 14.645 (Nota 18) (2023 - R\$ 35.198).

13. Provisões

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para demandas judiciais cíveis	15.874	14.937
Provisão para demandas judiciais trabalhistas	11.857	11.214
Provisão para processos administrativos	273.371	262.072
Provisão para demandas judiciais tributárias	11.048	
Provisão para investimentos em rodovias	9.732	9.284
Provisão para manutenção em rodovias	396.921	262.718
	719.332	560.225
Circulante	146.985	111.033
Não circulante	571.818	449.192

a) Provisão para demandas judiciais e administrativas

	31/12/2023	Adição	Reversão	31/12/2024
Provisão para demandas judiciais cíveis (i)	14.937	4.624	(3.687)	15.874
Provisão para demandas judiciais trabalhistas (ii)	11.214	952	(309)	11.857
Provisão para processos administrativos (iii)	262.072	18.664	(7.365)	273.371
Provisão para demandas judiciais tributárias (iv)	-	11.048	-	11.048
	288.223	35.288	(10.832)	312.150

	31/12/2022	Adição	Reversão	31/12/2023
Provisão para demandas judiciais cíveis (i)	4.557	12.562	(2.180)	14.937
Provisão para demandas judiciais trabalhistas (ii)	12.102	-	(888)	11.214
Provisão para processos administrativos (iii)	246.863	17.561	(2.352)	262.072
	263.522	30.123	(5.421)	288.223

(i) As contingências cíveis referem-se, substancialmente, a ações de natureza indenizatória em razão de acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias em que a Companhia opera, e para as quais foi constituída provisão em montante suficiente para cobrir perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso.

(ii) As contingências trabalhistas referem-se a reclamações trabalhistas em que é requerido o pagamento de verbas trabalhistas supostamente devidas e não pagas, tais como verbas rescisórias, horas extras, adicionais, danos morais, equiparação salarial e diferenças salariais.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) As provisões para processos administrativos dizem respeito às notificações instauradas pela ARTESP contra a Concessionária e para as quais foi constituída uma provisão em montante suficiente para cobrir perdas prováveis esperadas no desfecho dos processos em curso.

(iv) As provisões para processos tributários referem-se, à estimativa de perdas prováveis relacionados ao processo de discussão da constitucionalidade dos Decretos nº 8.426/2015 e 8.451/2015. Este processo teve uma evolução negativa no período, razão pela qual foi constituída uma provisão. Em 31/12/2024 encontram-se constituídos depósitos judiciais no mesmo montante (relação de depósitos abaixo).

	31/12/2024	31/12/2023
Processos Administrativos	229.664	211.288
Processos Judicializados	42.254	49.331
Estimativa de notificações	1.453	1.453
	273.371	262.072

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui o equivalente a R\$ 12.169 (2023 - R\$ 9.850) de causas trabalhistas, R\$ 23.290 (2023 - R\$ 18.001) de causas cíveis, e R\$ 64.950 (2023 - R\$ 50.156) de processos administrativos com a ARTESP, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia apresenta os seguintes valores de depósitos judiciais:

	31/12/2023	Adição	Reversão	31/12/2024
Cíveis (i)	35.141	9.821	(206)	44.756
Trabalhistas (ii)	14.105	16	(16)	14.105
Tributário	9.090	2.018	(60)	11.048
	58.336	11.855	(282)	69.909

(i) Os depósitos cíveis são segregados em R\$ 482 (2023 - R\$ 301) relacionados a processos cíveis e R\$ 44.274 (2023 - R\$ 34.840), relacionados a processos com a ARTESP;

Os depósitos judiciais trabalhistas possuem o valor de R\$ 13.720 (2023 - R\$ 13.720) relacionado a discussão trabalhista na vara de Nanuque - Minas Gerais. Os valores foram retidos judicialmente com base no entendimento que a Companhia foi considerada sociedade do grupo econômico da companhia ré no processo perante tal vara do trabalho, com o qual a Companhia não possui qualquer vínculo ou obrigação. A Concessionária refuta por completo tal entendimento e está tomando as medidas cabíveis para a liberação dos valores. O valor de R\$ 385 (2023 - R\$ 385) estão relacionados a outros processos trabalhistas.

b) Provisão para investimentos em rodovias

Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente e outros investimentos que não geram receitas adicionais. O passivo, a valor presente, foi constituído pela melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do ativo intangível.

A movimentação da provisão para investimentos em rodovias foi como segue:

	31/12/2023	Atualização monetária passiva	Atualização monetária ativa	31/12/2024
Provisão para Investimentos	9.284	450	(2)	9.732
	9.284	450	(2)	9.732

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022	Atualização monetária passiva	Atualização monetária ativa	31/12/2023
Provisão para Investimentos	8.874	417	(7)	9.284
	8.874	417	(7)	9.284

O cronograma dos investimentos previstos, por ano de execução, é demonstrado como segue:

Ano de execução	31/12/2024	31/12/2023
2026	9.732	9.284
	9.732	9.284

c) Provisão para manutenção em rodovias

	31/12/2023	Adição	Transferência	Realização	Reversão	31/12/2024
Provisão para manutenção	289.414	182.633	-	(36.933)	-	435.114
Ajuste a valor presente (AVP)	(26.696)	(18.379)	-	-	6.882	(38.193)
	262.718	164.254	-	(36.933)	6.882	396.921
Circulante	111.033	100.073	(27.188)	(36.933)	-	146.985
Não circulante	151.685	64.181	27.188	-	6.882	249.936

	31/12/2022	Adição	Transferência	Realização	Reversão	31/12/2023
Provisão para manutenção	214.999	150.203	-	(75.788)	-	289.414
Ajuste a valor presente (AVP)	(12.281)	(16.240)	-	-	1.825	(26.696)
	202.718	133.963	-	(75.788)	1.825	262.718
Circulante	162.711	-	24.110	(75.788)	-	111.033
Não circulante	40.007	133.963	(24.110)	-	1.825	151.685

Durante o ano de 2023, a Companhia contratou empresa especializada para uma reavaliação detalhada do estado de conservação do pavimento das rodovias que compõem a sua malha rodoviária, com o objetivo de rever o seu atual plano de manutenção de pavimentos e identificar as necessidades de intervenções ao longo do período remanescente de concessão, mantendo as mesmas características e condições contratuais previstas no Edital com a execução dos serviços de Conservação Especial para Atendimento aos parâmetros e Ciclos de Intervenções. Desta análise, resultou a identificação da necessidade de execução de intervenções relevantes para o cumprimento das condições contratuais previstas no Edital, assim como de antecipação de intervenções nas rodovias que sofreram maiores impactos nos últimos anos, devido ao maior volume e alteração no perfil de tráfego pesado. Somado a estes fatores, verificou-se um aumento considerável no volume de precipitações pluviométricas nos últimos anos, o que contribui significativamente para a deterioração do pavimento.

A mensuração do ajuste a valor presente da provisão para manutenção foi calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto que reflete a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

originais. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 foi utilizada a taxa de 8% para o ajuste a valor presente e o IPCA para atualizar o valor nominal da provisão para manutenção.

Os gastos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias e sinalização de rodovias (ambos a cada cinco anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

Ano de execução	31/12/2024	31/12/2023
2024	-	30.248
2025	146.985	68.404
2026	108.244	62.204
2027	88.984	60.499
2028	31.107	41.363
2029	21.600	-
	396.921	202.718

14. Debêntures**a) Descrição da operação**

Debêntures não conversíveis	Valor do principal	Data de emissão	Vencimento final	Títulos em circulação	Prêmio	Encargos financeiros
1ª emissão	1.065.000	15/06/2013	15/06/2028	1.065.000	6.202	IPCA + 8% a.a.

b) Posição da operação

	31/12/2024	31/12/2023
Principal corrigido pelo IPCA	1.897.475	1.809.935
Remuneração (juros)	1.007.001	754.539
Custos com emissão	(12.892)	(19.357)
	2.891.584	2.545.117
Circulante	(2.891.584)	(2.545.117)

c) Movimentação das debêntures

31/12/2023	Juros no exercício	Custos de transação	Pagamento de juros	Pagamento de principal	31/12/2024
2.545.117	346.467	-	-	-	2.891.584
31/12/2022	Juros no exercício	Custos de transação	Pagamento de juros	Pagamento de principal	31/12/2023
2.244.691	300.426	-	-	-	2.545.117

As debêntures foram emitidas pela Companhia sob o regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, nominativas e escriturais. As amortizações tiveram início em 14 de dezembro de 2017, mas em 08 de novembro de 2019, as amortizações foram interrompidas devido a declaração de vencimento antecipado das debêntures, onde a Companhia ingressou no processo de Recuperação Judicial, conforme destacado na Nota Explicativa 1.1.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Cláusulas restritivas e garantias

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e por cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures contêm cláusulas restritivas de dívidas (*covenants*), cuja verificação é semestral, as quais são acompanhadas pela administração.

Em 08 de novembro de 2019, foi realizada a assembleia geral de debenturistas (AGD) onde os debenturistas declararam o vencimento antecipado, suspendendo a verificação das respectivas cláusulas restritivas de dívida (*covenants*).

15. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o capital social está representado por 30.357.847.596 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue:

Acionistas	Participação acionária	Quantidade de ações
Via Appia Concessões S.A. (sucessora de AB Concessões S.A.)	50,00%	15.178.923.798
Lineas International Holding B.V.	50,00%	15.178.923.798
		30.357.847.596

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital autorizado da Companhia era de R\$ 303.578. O capital social será reajustado anualmente, quando necessário, pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, não podendo este ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

A Companhia não poderá proceder à redução de seu capital social ou adquirir as suas próprias ações durante o prazo de concessão.

No contexto da cisão parcial da AB Concessões S.A. realizada em 27 de maio de 2024, e do cumprimento do acordo de acionistas da Companhia, entre a AB Concessões e a Lineas International Holding BV, foi concluída, em 05 de setembro de 2024, a averbação da transferência, nos livros da Companhia, da participação direta de 50% do capital social da Companhia anteriormente detida pela AB Concessões S.A., à Via Appia Concessões S.A., incluindo respectivo mútuo. Desta forma, a AB Concessões S.A. foi sucedida por Via Appia Concessões S.A no capital social da Companhia.

b) Distribuição de lucros

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, após os ajustes necessários consoantes as prescrições legais do Brasil.

A Companhia não possui previsão estatutária de reserva de lucros, além da reserva legal. No entanto, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em AGO poderão deliberar a retenção de parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Receita operacional líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Receita com arrecadação de pedágio	397.852	363.793
Receita de serviços de construção	138.977	84.575
Receitas acessórias	16.814	16.711
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	(35.753)	(32.692)
	<u>517.890</u>	<u>432.387</u>

Os impostos incidentes sobre os serviços prestados consistem de Imposto sobre Serviços - ISS (de 2% a 5%), Programa de Integração Social - PIS (0,65%) cumulativo e (1,65%) não cumulativo e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%) cumulativo e (7,6%) não cumulativo.

17. Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	31/12/2024	31/12/2023 (Reapresentado)
Com pessoal	(36.134)	(31.925)
Honorários da administração	(2.384)	(2.311)
Manutenção e conservação	(101.508)	(87.895)
Serviços de terceiros	(10.473)	(10.840)
Ônus variável da concessão	(6.243)	(5.709)
Seguros e garantias	(5.343)	(3.166)
Custo dos serviços de construção	(138.158)	(83.178)
Provisão para demandas judiciais (i)	(24.854)	(24.701)
Provisão para manutenção em rodovias	(182.633)	(150.203)
Depreciação e amortização	(69.390)	(64.218)
Provisão (reversão) de <i>Impairment</i>	(45.268)	(18.201)
<i>Haircut</i> de fornecedores	1.152	-
Outras receitas e despesas	(9.238)	(9.145)
	<u>(630.474)</u>	<u>(491.492)</u>
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	(539.825)	(427.598)
Despesas gerais e administrativas	(21.869)	(20.144)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(68.780)	(43.750)
	<u>(630.474)</u>	<u>(491.492)</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou no grupo de "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas", adição no período de R\$ 13.408 referente a provisão de contingências de processos administrativos, cíveis e trabalhistas informado na Nota 13.a que impactaram o resultado.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Despesas e receitas financeiras

As receitas e despesas financeiras são representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, mútuos, debêntures e reversão de ajustes a valor presente, que são reconhecidos no resultado do período pelo regime de competência.

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre debêntures	(321.141)	(284.599)
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	(14.645)	(35.198)
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos e manutenções em rodovias	(6.547)	(2.243)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(60)	(64)
Outras despesas financeiras	(9.870)	(11.549)
	(352.263)	(333.653)
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	23.052	20.191
Atualização de impostos a recuperar	181	180
Variação do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos e manutenções em rodovias	17.596	16.247
Outras receitas financeiras	3.177	2.607
	44.006	39.225
 Resultado financeiro	 (308.257)	 (294.428)

19. Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais dos empregados e administradores estão demonstradas a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Salários e encargos sociais	(29.126)	(25.856)
Benefícios previstos em lei	(4.492)	(3.918)
Benefícios adicionais	(4.900)	(4.462)
	(38.518)	(34.236)

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Resultado por ação

A tabela abaixo apresenta os cálculos dos resultados básico e diluído por ação (em milhares, exceto valores por ação):

	31/12/2024	31/12/2023 (Reapresentado)
Numerador:		
Prejuízo do exercício	(420.841)	(353.533)
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	30.357.847.596	30.357.847.596
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	(0,01386)	(0,01165)

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

21. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam somente o risco de taxa de juros.

Risco de taxa de juros

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às aplicações financeiras, às debêntures e aos mútuos a pagar a partes relacionadas, sujeitos a taxas de juros variáveis.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros em 31 de dezembro de 2024, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A Administração da Companhia considerou as seguintes premissas:

- CDI - taxa de 12,15% ao ano, observada no fechamento de 31 de dezembro de 2024, divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, que no entender da Administração seriam estáveis no próximo ano e projeções futuras.
- IPCA - variação de 4,83% nos últimos 12 meses, observada no fechamento de 31 de dezembro de 2024, divulgada pelo IBGE e projeções futuras

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Efeito no resultado antes dos impostos (i)		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Passivo financeiro	Risco	Estável	+25%	+50%
Debêntures	Aumento do IPCA	370.990	405.906	440.822

		Efeito no patrimônio líquido (i)		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Passivo financeiro	Risco	Estável	+25%	+50%
Debêntures	Aumento do IPCA	244.854	267.898	290.943

		Efeito no resultado antes dos impostos (i)		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Passivo financeiro	Risco	Estável	+25%	+50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	42.683	49.826	56.970

		Efeito no patrimônio líquido (i)		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Passivo financeiro	Risco	Estável	+25%	+50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	28.171	32.885	37.600

		Efeito no resultado antes dos impostos (i)		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Ativo financeiro	Risco	Estável	-25%	-50%
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Queda do CDI	8.264	6.198	4.132

		Efeito no patrimônio líquido (i)		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Ativo financeiro	Risco	Estável	-25%	-50%
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Queda do CDI	5.455	4.091	2.727

(i) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer/auferir para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito são representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber.

Contas a receber

O risco de crédito dos repassadores de recursos à Companhia (serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio) está sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação. A possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com esses repassadores de recursos é considerada mínima em função do curto prazo dos recebimentos e da qualidade dos respectivos créditos. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente pela Administração. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 está registrado na rubrica “Contas a receber”, no balanço patrimonial.

Caixa e equivalentes de caixa e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida pela Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 está registrado na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” e de “Aplicações financeiras vinculadas”, no balanço patrimonial.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

A tabela abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2024 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Fornecedores e prestadores de serviços	39.986	1.152	41.138
Debêntures	2.904.476	-	2.904.476
Credor pela concessão	523	-	523
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 12.b)	-	235.169	235.169
	2.944.985	236.321	3.181.306

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Instrumentos financeiros por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros, estão demonstrados a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros		
Valor justo através do resultado		
Aplicações financeiras	68.020	64.241
Ativos financeiros ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	192.687	141.461
Contas a receber de clientes	34.272	33.074
Depósitos judiciais	69.909	58.336
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Debêntures	2.891.584	2.545.117
Contas a pagar a fornecedores	41.138	33.502
Outras contas a pagar	2.718	2.511
Partes relacionadas - mútuo a pagar	235.169	220.524
Obrigações com o poder concedente	523	499

e) Gestão do capital social

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação adequada de capital, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

O capital social não pode ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

O capital social em 31 de dezembro de 2024 representa 18% (2023(Reapresentado) - 20%) do investimento realizado e a realizar no ano subsequente.

Abaixo está apresentada a estrutura de dívida líquida da Companhia:

	31/12/2024	31/12/2023 (Reapresentado)
Mútuos a pagar a partes relacionadas	235.169	220.524
Debêntures	2.891.584	2.545.117
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(192.687)	(141.461)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(68.020)	(64.241)
Dívida líquida	2.866.046	2.559.939
Total do patrimônio líquido	(2.586.433)	(2.165.592)

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia aproxima-se do seu valor contábil a exceção das debêntures, cuja comparação do valor contábil e do valor justo está apresentado a seguir:

	31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2023	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalente de caixa	192.687	192.687	141.461	141.461
Aplicações financeiras	68.020	68.020	64.241	64.241
Contas a receber de clientes	34.272	34.275	33.074	33.074
<u>Passivos financeiros</u>				
Debêntures (Nota 14) (i)	2.891.584		2.564.474	
Fornecedores	39.986	39.986	33.502	33.502
Outras contas a pagar	2.718	2.718	2.511	2.511
Partes relacionadas - mútuo a pagar	235.169	235.169	220.524	220.524
Obrigações com o poder concedente	523	523	499	499

(i) Saldo contábil não inclui os efeitos dos custos de emissão.

As debêntures atualmente possuem valor justo zero conforme avaliado pela ANBIMA (nível 1). O valor justo não foi divulgado, pois a administração não valoriza internamente o passivo financeiro utilizando técnicas de nível 3 dada a incerteza envolvida no processo de reestruturação.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores se aproximam de ser respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Os saldos de aplicações financeiras são classificados pelo nível 1.

Com a declaração de vencimento antecipado, o mercado classificou as Debêntures da Companhia no valor zero, por este motivo o valor justo encontra-se sem valor.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por companhias do mesmo ramo.

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações
Todos os riscos	Riscos operacionais	62.394
	Responsabilidade civil geral	48.580
	Responsabilidade civil de diretores e administradores	10.000
Seguro Garantia	Garantia de cumprimento das funções operacionais de conservação	157.000
	Garantia de cumprimento das funções de ampliação	170.000

24. Informações complementares dos fluxos de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Transações que não envolvem desembolsos de caixa		
Adições ao intangível com capitalização de juros	25.326	15.827

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

25. Eventos subsequentes

Fato Relevante

Em 27 de março de 2025, a Companhia divulgou o fechamento da operação prevista no “Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças” firmado entre os acionistas controladores (à época da celebração: AB Concessões S.A. e Lineas International Holding B.V., sendo a primeira substituída pela Via Appia Concessões S.A.) e o comprador Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, onde a celebração desta operação somente pode ser realizada após o cumprimento das condições suspensivas listadas abaixo:

- Alienação da totalidade das ações;
- Subscrição e integralização pelos debenturistas das emissões de debêntures da Companhia (RDVT13 e Conversão dos créditos *intercompany* em debêntures privadas).

Em 28 de março de 2025, a Companhia informou ao mercado o aumento de capital social em R\$ 1.618.151, passando de R\$ 303.578 para R\$ 1.921.729.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos
Acionistas e Administradores da
Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – Em Recuperação Judicial
São Paulo – SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – Em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 420.841 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e, nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo em R\$ 2.845.844 mil e o patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) é de R\$ 2.586.433 mil, além de ter apresentado prejuízo bruto de R\$ 21.395 mil e prejuízo do exercício de R\$ 420.841 mil. Também, chamamos a atenção para a Nota nº 1.1 às demonstrações financeiras que menciona que em 1º de março de 2021 foi emitido Fato Relevante pela Companhia informando que tomou conhecimento da decisão do Conselho Diretor da ARTESP de (i) instaurar processo administrativo de verificação de inadimplência da Concessionária Rodovias do Tietê S.A., nos termos da Cláusula 38.3 do Contrato de Concessão 004/Artesp/2009 e do artigo 38, §2º, da Lei Federal nº 8.987/95, devido à não regularização de descumprimentos contratuais relativos ao cronograma físico-financeiro; e (ii) instaurar processo administrativo de apuração preliminar de inadimplência da Companhia, nos termos das Cláusulas 31.7 e 38.2 do Contrato de Concessão 004/Artesp/2009 e do artigo 38, §3º, da Lei Federal nº 8.987/95. Comprovada a inexecução total ou parcial do contrato poderá, a critério do poder concedente, ocorrer a declaração de caducidade da concessão, assegurado o direito de ampla defesa. O referido processo vem sendo sucessivamente suspenso desde 2021 através de deliberações da ARTESP e a última ocorreu através da deliberação ARTESP nº 112, de 24 de abril de 2025 pela qual houve a suspensão do processo administrativo pelo prazo de mais 90 (noventa) dias corridos. Conforme apresentado na Nota nº 1.1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota nº 1.1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.5 às demonstrações financeiras, a Companhia identificou e procedeu a ajustes nos valores correspondentes referentes a 31 de dezembro de 2023 e 1º de janeiro de 2023. Originalmente, emitimos, em 26 de março de 2024, relatório com abstenção de opinião através de relatório sobre as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023. Não fomos contratados para reemissão do relatório de auditoria sobre tais valores correspondentes, entretanto, os assuntos abaixo descritos, que foram base para abstenção de opinião, foram resolvidos em relação aos valores correspondentes:

? Os reflexos na continuidade operacional da Companhia em decorrência do fato de que, até a data de conclusão de nossos trabalhos à época, não havia ocorrido a aprovação para a troca de controle acionário da Companhia por parte da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP (“ARTESP”), fato este necessário para entrada em vigor do plano de recuperação judicial e início de sua efetiva implementação. Também, não havia ocorrido a renovação do seguro garantia requerido nos termos do Contrato de Concessão Rodoviária. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Companhia vem divulgando as suas ações previstas no Plano até a presente data;

? O fato de a Administração ter preparado teste de valor recuperável de ativos que não atendeu plenamente ao disposto no Pronunciamento Técnico CPC 01 R1 / IAS 36 – Redução ao Valor de Recuperação de Ativos referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023;

? A Companhia não havia registrado provisão para perda ao resultado dos ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pela ausência de provável disponibilidade de lucros tributáveis futuros, conforme requerido pelo CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro.

Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos opinião separada sobre esses assuntos.

Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Reconhecimento dos efeitos contábeis da homologação do Plano de Recuperação Judicial após aprovação da ARTESP

Conforme Nota Explicativa nº 1, em 13 de dezembro de 2019, foi deferido, pelo Juízo da 1ª Vara do Foro da Comarca de Salto do Estado de São Paulo, o pedido de recuperação judicial e em 30 de setembro de 2021, o Juízo da Recuperação Judicial (“Juízo”) proferiu a decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) aprovado na Assembleia Geral de Credores, tendo a decisão sido publicada no Diário de Justiça Eletrônico em 06 de outubro de 2021. O Plano de Recuperação Judicial aprovado e homologado no processo da recuperação judicial entraria em vigência após a aprovação da ARTESP acerca da alteração de controle acionário da Companhia, o que ocorreu em 22 de novembro de 2024. Em 12 de novembro de 2024, a Companhia obteve decisão favorável do Juízo referente ao início do cumprimento do plano de pagamentos dos créditos referentes às classes de credores I, III (exceto debenturistas) e IV. O Plano muda substancialmente os termos dos passivos da Companhia a partir da aprovação da ARTESP. Como resultado da decisão do Juízo em relação aos pagamentos das classes de credores I, III (exceto debenturistas) e IV, os efeitos da novação da dívida financeira e demais passivos (“hair cut”), conforme previsto no Plano, foram reconhecidos em 2024, com impacto de R\$ 1.152 mil no resultado do exercício.

Consideramos a complexidade relacionada à aplicação do Plano de Recuperação Judicial, concluímos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- ? Leitura e análise da documentação relacionada ao processo de recuperação judicial, incluindo a aprovação dos credores em Assembleia Geral, a decisão do Juízo concedendo a homologação e pagamento para certas classes de credores, a aprovação da ARTESP para troca de controle acionário, seus efeitos legais e subsequente publicação;
- ? Análise da mensuração e reconhecimento dos impactos do Plano;
- ? Avaliação e obtenção de evidência da existência de eventos subsequentes até a aprovação dessas demonstrações financeiras, que demonstrem a implementação do plano de pagamento para a classe de credor III (debenturistas), em cumprimento ao Plano;
- ? Avaliação da adequação das divulgações relacionadas a esses assuntos preparadas pela Companhia.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas utilizadas pela Companhia para avaliarem a mensuração e reconhecimento dos impactos do Plano e as bases utilizadas para demonstração da capacidade de continuidade operacional em um futuro previsível conforme requerido pelas práticas contábeis, bem como as devidas divulgações, estão adequadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Avaliação de impairment do ativo intangível

Conforme Nota Explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém registrados, em 31 de dezembro de 2024, ativo intangível composto pelos investimentos e pelas obras realizadas nas rodovias objeto da Concessão, no montante de R\$ 916.707 mil. A Companhia elaborou teste de recuperabilidade através do valor em uso, auferido através da metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando o custo médio ponderado de capital (WACC) como taxa de desconto e utilizando técnicas econométricas para a projeção de tráfego, incluindo expectativa de Produto Interno Bruto (PIB) e estimativa de Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, (IPCA).

As premissas utilizadas pela Administração envolvem julgamento significativo para fundamentar os resultados futuros de suas operações, como também considera o sucesso na implementação do Plano de Recuperação Judicial como um todo, incluindo obrigações com o Regulador, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP). Como resultado do teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis, a Companhia reconheceu uma redução ao valor recuperável (“impairment”), conforme descrito na Nota Explicativa nº 10.

Considerando que qualquer alteração nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- ? Avaliação de estudo de recuperabilidade (impairment) contratado pela Administração com avaliadores externos;
- ? Análise da competência e objetividade dos avaliadores;
- ? Avaliação da adequação do estudo aos requerimentos do CPC 01 (R1) / IAS 36;
- ? Revisão dos cálculos aritméticos do valor em uso e da taxa de desconto aplicada, com envolvimento dos nossos especialistas em

finanças corporativas;

? Confronto de dados históricos com as projeções;

? Validação dos compromissos de investimentos inseridos no modelo de recuperabilidade, com base no contrato de concessão;

? Entendimento da alocação de tarifas por eixo equivalente alocado para a projeção de volume nas diferentes praças de pedágios;

? Revisão dos cálculos aritméticos sobre o reconhecimento de perda com imparidade.

? Revisão das divulgações realizadas pela Companhia.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem razoáveis os saldos e as divulgações sobre este assunto, considerando as práticas contábeis e a documentação suporte das projeções, definidas e mantidas pela Administração, para fundamentar sua conclusão, refletidas nas demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

? Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossas opiniões. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

? Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

? Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

? Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;

? Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras dos exercícios e que, desta maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de abril de 2025.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Ricardo Vieira Rocha
Contador CRC 1 BA 026357/O-2 – S - SP

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária") sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Salto, 30 de abril de 2025.

Brendon Azevedo Ramos
Diretor Presidente

Bernardo Monteiro Lobato Zerkowski Figueiredo
Diretor Administrativo Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária") sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no parecer da BDO RCS Auditores Independentes relativo às demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Salto, 30 de abril de 2025.

Brendon Azevedo Ramos
Diretor Presidente

Bernardo Monteiro Lobato Zerkowski Figueiredo
Diretor Administrativo Financeiro